

RELATÓRIO PARTICIPAÇÃO SOCIAL

VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE VITÓRIA DA CONQUISTA 2026

DEMOCRACIA E CULTURA

CONSULTORIA



CONSELHO
MUNICIPAL
DE CULTURA
VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

SECRETARIA DE
CULTURA



SNC
SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

POLÍTICA NACIONAL
ALDIR BLANC
DE FOMENTO À CULTURA

MINISTÉRIO DA
CULTURA



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

PREFEITA MUNICIPAL: Ana Sheila Lemos Andrade

VICE-PREFEITO: Aloísio Alan Costa Fernandes

SECRETÁRIO DA CASA CIVIL: Ivanildo Silva

SECRETÁRIA DE GOVERNO: Geanne de Cássia Oliveira da Silva

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA: Alecxandre Magno Melchisedeck Meira

ASSESSOR ESPECIAL: Orlando de Oliveira Santos Filho

COORDENADOR DE PROJETOS E EVENTOS CULTURAIS: Adriano Gama Borges

COORDENADOR DE ECONOMIA DA CULTURA: Maíza Fernandes Leite

COORDENADOR DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS: Genevaldo Vieira Cordeiro

GERENTE ADMINISTRATIVO: Amadeu Bonfim Santos

GERENTE FINANCEIRO: Débora Mendonça do Nascimento

GERENTE DE EMPREENDEDORISMO CULTURAL: Gabriel Almeida de Andrade

GERENTE DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL: Gleice Kelle Alves Ferreira

GERENTES DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS: Jeane Mary Soares Rocha, João Victor Santana de Brito, Matheus Alves de Oliveira, Nilza Gomes Ferreira, Roque Pereira Araújo Júnior

GERENTE DE PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL: Josenaldo Oliveira Santos

GERENTE DE EVENTOS: Nilza Cordeiro dos Santos

GERENTE DE PROJETOS: Rosênia Pereira Tavares


TÉCNICOS EM ASSUNTOS CULTURAIS: Gilmar Dantas Silva, Washington Aguiar de Oliveira

TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO: Mércia Carvalho Andrade, Pacifico Nunes Ferraz

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS: Nilsa Prado de Oliveira, Silas Cabral Pinto, Rozane Marize Pereira Martins

AGENTES ADMINISTRATIVOS: Célia Maria da Silva Régis, Daniella Oliveira Santos, Maria Madalena Sousa Santana, Vera Cristina Ferraz Gonçalves

AGENTES DE SERVIÇOS ESPECIAIS: Diana Correia Silva Souza, Sueli Camões Neri, Tatyane Campos de Oliveira, Rosimeire Franco da Silva



ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS: Raimundo Gonzaga Santos, Vitoria Azevedo de Oliveira Botelho

BIBLIOTECÁRIO: Luís Fernandes da Hora dos Santos

PROFESSORA: Rita de Cassia Sousa Cordeiro

INSTRUTORES DE MÚSICA: Athos Francisco Salazar Sena, Bruno Barbosa Cordeiro, Caio Herculano Novais dos Santos, Daniel Pereira Novaes, Geslany Oliveira Brito, Gisele Evangelista dos Santos, Hebert Luís Gomes Gonçalves, Joadson Santos Bomfim, Marcos Brito Moreira Matos, Maycon Faria Rocha, Nildonei Macedo Monteiro, Tomaz Feitosa Mota, Venícius Silveira Santos

INSTRUTOR DE ARTES: Marley Luciano Vital

AUXILIARES ADMINISTRATIVOS: Ednalva Souza Soares, Eldima Alves Martins, Fábio Soares Nobertino, Gracilia Rocha de Almeida, Katia de Andrade Cardoso, Maria Cristina Silva Freitas, Rômulo Francisco de Oliveira

OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS: Manuel Paulo Novais de Sousa

OFICIAIS DE OBRAS E SERVIÇOS: Hermínio Alves Santos Neto, Soredson Gomes Lima

EDUCADOR SOCIAL: Rudney Pablo Santos Luz

AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS: Alexsandro Souza Santos, Carlos dos Santos, Claudionor Ribeiro da Guarda Filho, Daiane Silva Ferreira, Dalila Suene Almeida de Franca, Edeleis Gonçalves Sena, Ednei Oliveira, Ednilson Brito de Oliveira, Gervano Bonfim Macedo, Hermelino Alves do Prado Filho, Iramaia Santos Prado, Jocilene Marinho Silva Lisboa, Katia Maria Barbosa Silva, Lucidalva Rocha Lima, Marcos Javan Monteiro, Marília de Souza Santos, Marizete Oliveira Santos, Marlúcia David de Oliveira, Mônica Cristina de Almeida, Murilo Silva Carvalho, Osvaldo Silva Lopes, Roberto Rocha Almeida, Sandra Maria Oliveira Santos, Valdireni Leite Teixeira

CONSULTORIA: Cambuí Produções Ltda.

CONSULTOR RESPONSÁVEL: Aléxis Cerqueira Góis

A contratação da consultoria e assessoria para elaboração do Plano Municipal de Vitória da Conquista contou com recursos financeiros da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), gerida pela Secretaria Municipal de Cultura e da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, com repasse financeiro pelo Ministério da Cultura e Governo de Brasil por meio do Sistema Nacional de Cultura.



CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Presidente - Washington George Rodrigues Cirne

Vice-presidente - Mariana Alves Silva

Secretaria Executiva - Maíza Fernandes Leite

Representantes do Poder Público

Poder Executivo

Titulares:

- Genevaldo Vieira Cordeiro
- Gleice Kelle Alves Ferreira
- Maíza Fernandes Leite

Suplentes:

- Adriano Gama Borges
- Jeane Mary Soares Rocha
- Marley Luciano Vital

Poder Legislativo

Titulares:

- Cristiane Santos Rocha Cestari
- Williams Muniz dos Santos

Suplentes:

- Lara de Castro Araújo Fernandes
- Ricardo Santos Costa

Representantes da Sociedade Civil

Artes Plásticas e Visuais / Audiovisual (gráfica, gravura, artesanato, fotografia, exposição)

Titular: Abner Israel Marques Freitas

Suplente: Allan Kardec Cardoso Lessa

Música

Titular: Esdras Rodrigues Santos

Suplente: Elisson Nunes da Silva Lebrão

Artes Cênicas e Dança (cinema, teatro, circo, ópera, mímica)

Titular: Mariana Alves Silva

Suplente: Gabriel Mendes dos Santos

Literatura, Livro, Leitura e Biblioteca

Titular: Washington George Rodrigues Cirne

Suplente: Harlei Mendes Santos

Patrimônio Cultural Material e Imaterial (patrimônio histórico, culturas populares)

Titular: Fábio Sena Santos

Suplente: Robson Rocha Porto



A SOBERANIA POPULAR COMO PILAR DA POLÍTICA DE ESTADO


A elaboração do Plano Municipal de Cultura (PMC) de Vitória da Conquista para o decênio 2026-2036 consolida uma política de Estado voltada aos direitos culturais e à cidadania ativa no município. Construído sobre bases democráticas e transparentes, este documento salvaguarda as necessidades de uma sociedade plural. Com isso, o planejamento deixa os gabinetes governamentais e se torna uma construção pública, vinculada à soberania popular e ao controle social das comunidades locais.


Vitória da Conquista destaca-se no cenário baiano e nacional como um território de encontros, rotas de trânsito e permanentes manifestações criativas. Desde as origens no Sertão da Ressaca e no antigo Arraial da Conquista até a consolidação como polo regional de educação superior e serviços, o município desenvolveu um capital simbólico complexo. Essa dinâmica sociocultural exige um planejamento que respeite as diferenças locais em vez de impor uma falsa homogeneidade, encarando explicitamente a diversidade de biomas, classes sociais, etnias e visões de mundo que coabitam o planalto baiano.

O processo participativo de escuta funciona como ferramenta pedagógica e emancipatória que qualifica a gestão pública e confere legitimidade política e consistência técnica às decisões estatais. Entre as 28 escutas e a VI Conferência Municipal de Cultura, mais de 2.500 pessoas participaram ativamente da construção do PMC, garantindo que o texto final expresse as legítimas demandas da sociedade conquistense.

Esta engenharia participativa descentralizou e capilarizou o debate para romper o histórico isolamento geográfico e social que afasta a população dos canais institucionais de poder. O percurso das escutas públicas, realizado entre outubro de 2025 e abril de 2026, combinou reuniões presenciais territoriais e setoriais a uma Consulta Pública Eletrônica ativa por 30 dias. Esse desenho metodológico garantiu que as propostas da VI Conferência Municipal de Cultura emanassem diretamente do território e de seus fazedores de cultura.

O esforço presencial percorreu os quatro quadrantes do município (urbano central, urbano periférico, rural central e rural periférico), deslocando as equipes técnicas e a consultoria até associações comunitárias, terreiros, comunidades quilombolas e escolas rurais:

- **Oitivas Setoriais:** Realizadas a partir de outubro de 2025, reuniram agentes de Música, Artesanato, Artes Visuais, Cultura Popular, Audiovisual, Artes Cênicas, Literatura, Design, Novas Mídias e Diversidade Religiosa. Em fevereiro de 2026, os debates focaram em temas transversais como Educação, Qualificação Profissional, Infraestrutura, Espaços Culturais, Gestão e Fomento.
 - **Oitivas Territoriais Rurais e Distritais:** Mobilizaram reuniões nos distritos de José Gonçalves, Bate-Pé e Inhobim, além de povoados como Batalha, Lagoa do Arroz, Iguá, Cabeceira da Jiboia, Lagoa das Flores, São Sebastião e Pradoso.
 - **Oitivas Urbanas Periféricas:** Garantiram a escuta qualificada nos bairros populares Guarani, Urbis V e Bairro Brasil.
- 

- 
- **Consulta Pública Eletrônica:** Captou as percepções de públicos desterritorializados e de trabalhadores impedidos pelo horário comercial. Composta por 25 perguntas estruturadas, a consulta eletrônica registrou forte engajamento de mulheres e da juventude universitária (entre 24 e 36 anos). Contudo, os dados quantitativos de cerca de 1.300 respondentes evidenciaram o abismo da segregação territorial: houve massiva concentração de respondentes na Zona Urbana Leste (bairros Candeias, Recreio e Boa Vista), em contraste com a baixa participação na Zona Oeste e na Zona Rural, isoladas pela exclusão digital.

Toda essa engrenagem culminou em 5 de maio de 2026 com a VI Conferência Municipal de Cultura, sediada no Centro de Cultura Camillo de Jesus Lima. O encontro reuniu cerca de 213 pessoas e instalou 8 Grupos de Trabalho (GTs) que validaram o caderno de propostas, enviando 67 metas prioritárias à Plenária Final. No total, as ferramentas digitais e as 28 escutas públicas mobilizaram diretamente mais de 900 pessoas.

Na perspectiva institucional, a articulação intersectorial perpassa toda a governança. A Secretaria Municipal de Cultura coordena o PMC, mas sua operacionalização depende de interfaces permanentes com as pastas de Educação, Saúde, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social, Turismo e Planejamento Urbano. Esta visão integrada visa otimizar o Tesouro Municipal, evitar superposições administrativas e sintonizar as metas locais aos recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) e do Governo Federal.

A memória da participação social na escrita deste PMC testemunha que Vitória da Conquista escolheu o caminho da justiça cultural, da valorização da identidade e do bem-viver. As 28 escutas públicas e as contribuições coletadas provam que a comunidade artística e civil não apenas demandas ações, mas assume a corresponsabilidade pelo desenvolvimento do município. As vozes que outrora ecoavam dispersas encontram aqui abrigo programático e força de lei para guiar a cidade na próxima década.





A – RELATO SOBRE MOBILIZAÇÃO SOCIAL PRÉ-VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA

I. Conselho Municipal de Cultura


No âmbito do Sistema Municipal de Cultura (SMC), instituído pela Lei Complementar nº 2.106/2016, o Conselho Municipal de Cultura (CMC) de Vitória da Conquista atua como instância máxima de caráter consultivo, deliberativo e normativo. Mais do que um colegiado burocrático, o CMC foi concebido para centralizar as horizontalidades democráticas no território, operando no controle social, na fiscalização do Fundo Municipal de Cultura e na pactuação das diretrizes decenais. Um conselho forte e autônomo garante que a formulação das políticas públicas locais rompa com lógicas personalistas de clientelismo e se firme como uma construção compartilhada entre o poder público e a sociedade civil organizada.

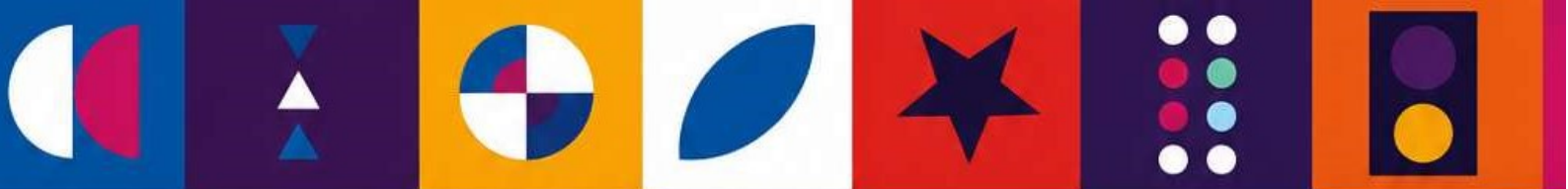
A trajetória recente do CMC revela um período de intensa reconstrução institucional e fortalecimento de sua infraestrutura física e de comunicação. No entanto, o rito eleitoral para o biênio 2025-2027 evidenciou os impactos da baixa adesão popular e do esvaziamento político que ainda afetam a participação institucionalizada no município. O processo de escolha dos representantes da sociedade civil foi prejudicado pelo absentismo e pela falta de engajamento de diversos setores culturais, refletindo o descrédito em relação a promessas de governos anteriores. Essa fragilidade se manifestou na composição final do Conselho, onde eixos temáticos fundamentais registraram ausência completa de candidatos para as vagas de suplência, deixando cadeiras setoriais desprotegidas contra eventuais vacâncias e comprometendo a densidade democrática do colegiado.

Apesar disso, a mesa diretora e os conselheiros implementaram uma rotina de trabalho com reuniões ordinárias regulares, produtivas e pautadas pelo rigor técnico. O calendário das sessões mensais passou a ser cumprido rigorosamente, transformando as plenárias em comitês de resolução prática onde temas complexos — como a convocação da VI Conferência Municipal de Cultura — foram debatidos com profundidade analítica. A organização interna elevou o nível do debate e converteu o colegiado em um órgão resolutivo que subsidia ativamente as decisões da Secretaria Municipal de Cultura.

Paralelamente às ações presenciais, a gestão do CMC modernizou sua atuação nas redes sociais oficiais, especialmente no *Instagram*. O conselho transformou suas plataformas digitais em canais de utilidade pública e transparência ativa para explicar decretos, publicar editais e divulgar convocações de oitivas. Esse esforço contínuo de letramento político e midiático visa engajar a juventude universitária e os produtores das linguagens contemporâneas da economia criativa.

Um dos maiores marcos dessa transição foi a conquista recente de sua sede própria, estabelecida em localização centralizada na cidade. A inauguração do espaço físico permanente encerrou anos de itinerância e precariedade operacional, conferindo dignidade institucional aos conselheiros e consolidando um ponto fixo de acolhimento para os fazedores de cultura locais. A sede própria dota o CMC de autonomia administrativa para organizar arquivos, salvaguardar a memória das atas e receber os artistas em um ambiente estruturado para o debate público.





Ao confrontar o início desse percurso com o estágio atual, em um período de 12 meses, desenha-se uma trajetória de amadurecimento burocrático e comunicacional que alinhou Vitória da Conquista às diretrizes de governança do Ministério da Cultura. A transição de um conselho sem espaço físico e com comunicação fragmentada para um órgão dotado de sede própria, calendário previsível e forte presença digital demonstra o empenho dos conselheiros em aproximar a instituição da comunidade artística.


II. Participação Social nas Escutas Pré-VI Conferência Municipal de Cultura


A compreensão da participação social em Vitória da Conquista exige, de forma premente, a incorporação das categorias analíticas legadas pelo geógrafo Milton Santos, em especial os conceitos de "espaço indissociável", "horizontalidades" e "verticalidades". Para Milton Santos, o espaço geográfico é, além de um cenário físico ou um receptáculo passivo das ações humanas, um sistema de objetos e um sistema de ações que interagem de forma dinâmica e contraditória. No território conquistense, as verticalidades se manifestam como vetores de forças externas e de decisões tecnocráticas centralizadas que, historicamente, desconsideram as especificidades locais e impõem uma lógica de cima para baixo. Em contrapartida, as horizontalidades começam no espaço do cotidiano, nas redes de solidariedade e nas articulações comunitárias que pulsam nos bairros periféricos e nos onze distritos rurais, configurando o verdadeiro motor da resistência cultural e da identidade do Sertão da Ressaca.

Sob essa ótica territorial, o diagnóstico do município evidencia o que Milton Santos definia como a esquizofrenia do espaço urbano contemporâneo, caracterizada pela coexistência de áreas hiperestruturadas e verdadeiros "desertos culturais". Em Vitória da Conquista, essa segregação socioespacial é nítida na divisão entre o lado leste — que concentra a classe média, o mercado imobiliário e a infraestrutura universitária — e o lado oeste e a zona rural, que concentram as maiores carências e, contraditoriamente, a maior vivacidade das manifestações populares. Essa fratura territorial impõe uma barreira física e simbólica ao pleno exercício dos direitos culturais, gerando um distanciamento profundo entre as instâncias centrais de decisão política e os cidadãos residentes nas franjas urbanas e nos distritos mais distantes.

Esse isolamento geográfico e social alimenta uma histórica e crônica barreira que afasta a população dos canais institucionais de poder, resultando em um nítido afastamento entre a sociedade civil e o poder público. A burocracia excessiva dos editais tradicionais, a linguagem técnica hermética e a falta de canais eficientes de comunicação pública criaram, ao longo das últimas décadas, um sentimento de descrédito e alienação nos fazedores de cultura da ponta. Para o cidadão da zona rural ou o jovem da periferia, o poder público frequentemente se apresenta como uma estrutura distante e inalcançável, cuja atuação se limita à promoção de grandes eventos sazonais no centro urbano em detrimento do fomento continuado e descentralizado nas bases comunitárias.

Como contraforça a esse distanciamento e na tentativa de reatar os fios das horizontalidades territoriais, a sociedade civil conquistense articulou-se de forma autônoma por meio de redes, movimentos e ecomuseus que operam como pontes de sensibilização para a participação social. Coletivos independentes como o Coletivo Suíça






Bahiana, Associação do Setor Audiovisual do Sudoeste Baiano (SASB) e o Movimento Cultura Conquista assumiram um papel estratégico, tensionando as instâncias governamentais e demonstrando o dinamismo da economia criativa, da música independente e do audiovisual contemporâneo fora dos circuitos oficiais. Essas iniciativas da sociedade civil provam que a articulação cultural do município possui capilaridade e capacidade de auto-organização, funcionando como laboratórios vivos de governança colaborativa que antecedem a própria ação do Estado.


Na mesma linha de afirmação identitária e resistência sociocultural, destaca-se a atuação histórica da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Vitória da Conquista consolida-se como um dos dez municípios mais quilombolas do Brasil, abrigando 33 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares e mais de duzentos terreiros de matriz africana e afro-indígena. A atuação política da CONAQ, somada ao ativismo da rede de Terreiros e das lideranças indígenas locais, conforma um bloco de representação social de base comunitária. Essa rede de horizontalidades exige o reconhecimento da materialidade diaspórica e dos territórios tradicionais como patrimônio cultural e natural do município, operando de forma contra-hegemônica e urgente diante das pressões do racismo estrutural e religioso.

Ciente desse panorama de distanciamento institucional e da necessidade urgente de reconstrução democrática, a Secretaria Municipal de Cultura, em parceria com o Conselho Municipal de Cultura e a consultoria técnica da Cambuí Produções, desenhou um rigoroso planejamento estratégico para as etapas preparatórias do PMC. O plano de trabalho foi estruturado com o objetivo explícito de reverter o histórico esvaziamento das instâncias participativas, descentralizando a escuta pública por meio de uma metodologia que combinou oitivas territoriais e setoriais presenciais a uma consulta pública on-line. A intenção central do desenho metodológico era garantir que os mandatos e propostas que subsidiaram a VI Conferência Municipal de Cultura emanassem diretamente do território e de seus legítimos fazedores.

O planejamento das oitivas partiu de um mapeamento prévio que dividiu o território conquistense em quatro quadrantes de escuta: urbano central, urbano periférico, rural central e rural periférico. Essa divisão foi indispensável para assegurar que as especificidades logísticas e as barreiras de mobilidade de cada região fossem mitigadas pelo poder público, organizando-se uma estrutura de transporte e recepção adequada para os participantes rurais. A coordenação executiva da conferência determinou que as reuniões de base ocorressem de forma itinerante, deslocando as equipes técnicas da prefeitura e da consultoria até as sedes das associações comunitárias, escolas rurais, terreiros e sedes quilombolas.

A linha do tempo das oitivas foi distribuída estrategicamente entre dezembro de 2025 e abril de 2026, iniciando-se pelos debates setoriais que reuniram os agentes das cadeiras tradicionais e contemporâneas do município. Na abertura dos trabalhos, em dezembro de 2025, os encontros priorizaram os segmentos de Música, Artesanato, Artes Visuais, Cultura Popular, Audiovisual e Artes Cênicas. Já em fevereiro de 2026, as escutas focaram nos temas transversais de Educação, Qualificação Profissional, Infraestrutura, Espaços Culturais, Gestão, Fomento e Cadeias Produtivas Criativas (Design e Serviços), garantindo que os elos produtivos do ecossistema fossem mapeados.





Paralelamente, o cronograma das oitivas territoriais rurais e distritais foi planejado para coincidir com as dinâmicas das localidades, mobilizando reuniões em distritos estratégicos como José Gonçalves, Bate-Pé e Inhobim. Reuniões adicionais foram coordenadas em povoados como Batalha, Lagoa do Arroz, Iguá, Cabeceira da Jiboia, Lagoa das Flores, São Sebastião e Pradoso, além das escutas voltadas especificamente para a Comunidade Indígena e para os bairros populares urbanos como Guarani, Urbis V e Bairro Brasil. Esse esforço presencial resultou na coleta de propostas robustas que foram posteriormente organizadas em eixos estruturantes.

De forma complementar à dinâmica presencial, o Conselho Municipal de Cultura instituiu uma consulta pública on-line que operou como uma ferramenta de governança colaborativa de amplo alcance nas redes digitais. Disponibilizada em formato eletrônico amigável, a consulta permaneceu ativa pelo período de trinta dias, captando contribuições individuais, críticas e sugestões de cidadãos que não podiam se deslocar até as reuniões físicas. Essa estratégia digital visou democratizar as informações e atrair a juventude universitária e os produtores de cultura digital, gerando dados estatísticos valiosos sobre os hábitos e as barreiras de acesso no município.

As 28 escutas públicas e as oitivas territoriais e setoriais mobilizaram pontualmente mais de novecentas pessoas, gerando um diagnóstico cristalino sobre as dores e as potencialidades da cultura conquistense, mas não se traduziram em uma presença perene, orgânica e vigilante nas sessões regulares do Conselho Municipal de Cultura. O engajamento efêmero do público nas conferências não gerou um fluxo estável de controle social nas rotinas institucionais do município.


Em conclusão, a escrita deste PMC e o registro de sua memória participativa comprovam que Vitória da Conquista possui um manancial humano e criativo de imensa grandeza, cuja sustentabilidade depende da solidez de suas instâncias de controle social. O esforço de planejamento participativo uniu a memória ancestral das comunidades tradicionais à ambição de futuro da juventude urbana, desenhando um roteiro técnico-político robusto.

B - MEMÓRIA DA VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA

I. CRONOLOGIA

Bloco 1: Primeiro Ciclo de Oitivas Setoriais (Outubro-Dezembro de 2025)

Local Centralizado: Cineteatro da Praça CEU J. Murilo (Rua Joana Angélica, s/n – Bairro Alto Maron)

- **01: 17 de Outubro de 2025 (Sexta-feira): Noite (18h às 21h):** Setorial de Música (Foco: Festivais).
 - **01 de Dezembro de 2025 (Segunda-feira):**
 - **02: Manhã (09h às 12h):** Setorial de Cultura Popular e Manifestações Tradicionais.
 - **03: Tarde (14h às 17h):** Setorial de Artesanato e Artes Visuais.
- 

- **04: Noite (18h às 21h):** Setorial de Música (Foco: Fortalecimento do Setor).
- **02 de Dezembro de 2025 (Terça-feira):**
 - **05: Manhã (09h às 12h):** Setorial de Artes Cênicas (Teatro, Dança e Circo).
 - **06: Tarde (14h às 17h):** Setorial de Audiovisual (Cinema e Vídeo).
- **03 de Dezembro de 2025 (Quarta-feira):**
 - **07: Manhã (09h às 12h):** Setorial de Museus, Identidade e Patrimônio Cultural.
 - **08: Tarde (14h às 17h):** Setorial de Literatura, Livro, Leitura e Formação Cidadã.

Bloco 2: Segundo Ciclo de Oitivas Setoriais e Temáticas (Fevereiro de 2026)

Locais: Memorial Governador Régis Pacheco, Centro Cultural Glauber Rocha e CEMAE

- **02 de Fevereiro de 2026 (Segunda-feira):**
 - **09: Manhã (09h às 12h):** Setorial de Cadeias Produtivas Criativas (Design e Serviços) [Local: Memorial Governador Régis Pacheco – Praça Tancredo Neves, 191, Centro].
 - **10: Tarde (14h às 17h):** Setorial de Infraestrutura e Espaços Culturais [Local: Memorial Governador Régis Pacheco – Praça Tancredo Neves, 191, Centro].
- **03 de Fevereiro de 2026 (Terça-feira):**
 - **11: Manhã (09h às 12h):** Setorial de Educação e Qualificação Profissional [Local: Memorial Governador Régis Pacheco – Praça Tancredo Neves, 191, Centro].
 - **12: Tarde (14h às 17h):** Setorial de Gestão e Fomento [Local: Memorial Governador Régis Pacheco – Praça Tancredo Neves, 191, Centro].
- **04 de Fevereiro de 2026 (Quarta-feira):**
 - **13: Manhã (09h às 12h):** Escuta Territorial Urbana – Bairro Brasil (Zona Oeste) [Local: Centro Cultural Glauber Rocha – Avenida Brumado, 205-289, Ibirapuera].
 - **14: Tarde (14h às 17h):** Escuta Territorial Urbana – Bairro Candeias (Zona Leste) [Local: CEMAE – Avenida Olívia Flores, 3000, Candeias].

Bloco 3: Terceiro Ciclo de Oitivas Territoriais (Março de 2026)

Foco: Distritos Rurais e Periferias Consolidadas

- **18 de Março de 2026 (Quarta-feira):**

- **15: Manhã (09h às 12h):** Escuta Territorial Rural – Distrito de José Gonçalves [Local: Praça da Matriz / Distrito de José Gonçalves]. Apresentação de Saulinho Gomes e Terno de Reis das Rosas.
- **16: Tarde (14h às 17h):** Escuta Territorial Urbana – Bairro Guarani [Local: Anfiteatro da Praça da Juventude – Bairro Guarani].
- **19 de Março de 2026 (Quinta-feira):**
 - **17: Manhã (09h às 12h):** Escuta Territorial Rural – Distrito de São Sebastião [Local: Praça da Igreja Matriz de São Sebastião]. *Apresentação de Saulinho Gomes.*
 - **18: Tarde (14h às 17h):** Escuta Territorial Rural – Distrito de Lagoa das Flores [Local: Haras Caatiba – Rua Coronel Maneca Santos, 20].
- **20 de Março de 2026 (Sexta-feira):**
 - **19: Manhã (09h às 12h):** Escuta Territorial Rural – Distrito de Bate-Pé [Local: Praça Ramiro Silva – Espaço da Feira Livre]. *Apresentação de Ivo dos Teclados e do poeta Nei Cordelista.*
 - **20: Tarde (14h às 17h):** Escuta Territorial Rural – Distrito do Pradoso [Local: Colégio Estadual Polivalente – Distrito do Pradoso].

Bloco 4: Quarto Ciclo de Oitivas Territoriais e Articulações em Rede (Abril de 2026)

Foco: Zona Rural Profunda, Povoados, Comunidades Tradicionais e Colegiados

- **06 de Abril de 2026 (Segunda-feira):**
 - **21: Tarde (14h às 17h):** Escuta Territorial Rural – Distrito de Inhobim [Local: Escola Municipal Paulo Setúbal – BA-632]. Intervenções artístico-culturais na Carreta da Cultura.
 - **22: Noite (18h30 às 21h):** Escuta Territorial Rural – Distrito de Cabeceira da Jiboia [Local: Biblioteca Comunitária Donaraça].
- **07 de Abril de 2026 (Terça-feira):**
 - **23: Manhã (09h às 12h):** Escuta Territorial de Comunidades Tradicionais – Comunidade Indígena de Ribeirão dos Paneleiros [Local: Extensão Territorial de José Gonçalves].
 - **24: Tarde (14h às 17h):** Escuta Territorial Urbana – Bairro URBIS V (Território Zabelê) [Local: Salão Comunitário da Praça Santa Luzia].
- **08 de Abril de 2026 (Quarta-feira):**
 - **25: Manhã (09h às 12h):** Escuta Territorial de Comunidades Tradicionais – Povoados de Batalha e Lagoa do Arroz [Local: Sede da Associação de Moradores local].

- **26: Tarde (14h às 17h):** Escuta Territorial Rural – Distrito de Iguá [Local: Praça Estevão Santos]. *Intervenções artístico-culturais e suporte logístico na Carreta da Cultura.*
- **27: Noite (18h30 às 21h):** Escuta Temática – Rede Cultura Viva, Pontos e Pontões de Cultura [Local: Casa da Cultura Carlos Jehová – Praça da Bandeira, Centro].

28: Consulta Pública Eletrônica (Virtual)

- **Período de Atividade:** De 23 de Março de 2026 até as 23h59 do dia 22 de Abril de 2026.
- **Plataforma:** Portal Institucional Digital da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.
- **Amostragem:** Formulário científico composto por 25 perguntas que computou 1.227 respondentes válidos da sociedade civil.

29: 05 de maio de 2026 (Terça-Feira): VI Conferência Municipal de Cultura [Local: Centro de Cultura Camillo de Jesus]

1- Setorial de Música

O encontro reuniu cerca de 30 participantes em um debate focado na politização do setor. Na abertura, a representação da Diretoria de Territorialização da Cultura da Secretaria Estadual de Cultura enfatizou que a gestão pública é transitória, mas o plano estabelece as diretrizes para os próximos dez anos, nivelando o valor da produção cultural do Planalto da Ressaca ao da capital.

A categoria argumentou sobre a existência de uma precarização laboral e o sufocamento financeiro da classe local. Os artistas criticaram a predominância de políticas públicas voltadas a megaeventos sazonais e comerciais, enquanto o fomento cotidiano e a infraestrutura das linguagens tradicionais permanecem desassistidos. Relataram-se barreiras burocráticas e jargões técnicos excessivos nos editais, processos que centralizam os recursos públicos em grupos empresariais e elites econômicas. Para músicos periféricos e rurais, as exigências das plataformas de inscrição operam como exclusão socioespacial por demandarem assessoria técnica indisponível a esse público.

A classe musical exigiu providências do governo municipal quanto ao abandono do Teatro Carlos Jehovah, da Casa Glauber Rocha e do Cine Madrigal, palcos tradicionais de desenvolvimento técnico e fruição da música autoral. O sucateamento dessas estruturas empurra os trabalhadores da cultura para a dependência de espaços privados ou para a informalidade das ruas.

Encaminhamentos:

- **Reformulação do Fundo Municipal de Cultura:** Implementação de editais setoriais exclusivos, anuais e previsíveis para a música.
- **Inscrições Flexíveis:** Inclusão de formatos de inscrição por áudio ou vídeo, eliminando exigências de portfólios extensos e certidões complexas para mestres da cultura popular e artistas independentes de baixa renda.
- **Circulação e Festivais:** Retorno do festival "É Por Isso Que Eu Canto" e criação do Festival de Música Junina e de festivais de MPB integrados à rede de escolas públicas, descentralizando a difusão para auditórios escolares de bairros periféricos e distritos.
- **Cota Local:** Obrigatoriedade de reserva mínima de 70% da grade de programação de eventos financiados por verba pública municipal para artistas locais, combatendo a disparidade entre cachês nacionais e locais.
- **Salvaguarda e Diversidade:** Incentivos financeiros diretos e contínuos para grupos de música afro, afoxés, blocos afro e rodas de capoeira, protegendo-os contra patrulhamento ideológico e racismo religioso.
- **Patrimônio Imaterial:** Tombamento imaterial das tradições da música rural e dos ternos de reis do município.
- **Acessibilidade e Saúde pública:** Criação de legislação municipal, baseada no modelo de Feira de Santana, para implementar programas de fomento à musicoterapia voltados a pessoas com deficiência e neurodivergentes em equipamentos culturais públicos.

2 – Setorial Cultura Popular e Manifestações Tradicionais

O debate foi tensionado pelo confronto entre a teoria acadêmica e a realidade das comunidades. Com base na Escola de Frankfurt (Adorno, Marcuse e Habermas), integrantes do Movimento Cultura Conquista denunciaram a mercantilização da arte e a espetacularização da cultura local. A categoria criticou a gestão municipal por reduzir festividades tradicionais a entretenimento esporádico e centralizar megaeventos no centro urbano, preferindo uma política permanente e descentralizada.

Os detentores de saberes tradicionais ressaltaram a resistência de manifestações que sobrevivem sem apoio institucional. Como exemplo da potência rural, citou-se a Festa da Bandeira, criada em 1987 por tropeiros no Povoado de Itaipu. Apesar de completar 39 anos de atividade contínua, atrair turismo regional e receber moção de aplauso na Câmara de Vereadores, o evento mantém-se exclusivamente por esforço voluntário e recursos próprios dos organizadores, que apontam descaso governamental com a cultura rural.

O fomento e a regularização jurídica surgiram como gargalos para as expressões de base. O Povoado de Itaipu possui certificação de Ponto de Cultura por CPF, o que limita o acesso a volumes maiores de recursos. O consultor recomendou a formalização ou reativação de associações comunitárias por meio de assessoria contábil e jurídica, visto que a legislação impede o repasse de verbas públicas a pessoas físicas em determinados projetos. A plenária pontuou que os custos dessa regularização são elevados e que a linguagem técnica exigida pelo Estado gera exclusão.

Representantes de mais de 40 comunidades de terreiro relataram históricos de silenciamento, agressões e vandalismo em praças públicas. Como exemplo, citaram a Alvorada dos Ojás — rito de matriz africana realizado há 15 anos todo dia 21 de janeiro —, cujos adereços sagrados são frequentemente destruídos. As lideranças exigiram a garantia de direitos civis, fiscalização, punição jurídica e redes de proteção aos terreiros.

Na interface entre Cultura e Educação, ativistas denunciaram o preconceito religioso e o bloqueio institucional na rede escolar municipal. Segundo relatos, diretores, professores e pais de alunos rejeitam projetos de capoeira, percussão e história afro-brasileira. Diante do descumprimento das Leis Federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08, a plenária exigiu rigor punitivo da Secretaria Municipal de Educação contra o etnocentrismo.

Ao final, integrantes do movimento social criticaram o planejamento inicial por prever a escuta de poucas comunidades rurais, lembrando que o município possui 11 distritos e mais de 300 povoados. O consultor esclareceu que o calendário original é flexível e que o prazo das oitivas se estenderia até maio de 2026.

Encaminhamentos e Documentos Entregues:

- **Ampliação do Cronograma:** Proposta formalizada para estender as escutas à totalidade dos 11 distritos rurais.
- **Contratação de Mestres:** Inclusão da educação patrimonial nos currículos formais e contratação remunerada de mestres de saberes tradicionais.

- **Documentos Políticos:** Protocolo da "Carta Proposta da Cultura", documento com mais de 4 mil assinaturas e de uma nota de repúdio contra as políticas públicas locais de cultura.

3 – Setorial Artesanato e Artes Visuais


As manifestações orais iniciaram-se com críticas à infraestrutura cultural de Vitória da Conquista, apontando a escassez e a subutilização de espaços para exposição e difusão das artes visuais. Um artista plástico denunciou a ausência de uma galeria de arte municipal com especificações técnicas para grandes mostras e bienais. Participantes apontaram que a fragmentação arquitetônica da Casa Memorial Régis Pacheco inviabiliza a "expografia profissional" e demanda reformas estruturais. O grupo ressaltou que a falta de fomento sistemático e de pautas públicas de circulação obriga os próprios artistas a financiarem suas exposições.

Os presentes denunciaram que feiras e centros de artesanato comercializam majoritariamente *souvenirs* alheios à realidade geográfica regional, como réplicas de jangadas e coqueiros. O fechamento prolongado e a deterioração física do Mercado de Artesanato, que padece de infiltrações severas, foram apontados como fatores de estrangulamento da subsistência familiar dos trabalhadores. Relatou-se também um histórico de conflito com a gestão pública devido à falta de diálogo institucional prévio nos processos de deslocamento físico das bancas para a realização de reformas.

Na dimensão da transversalidade entre Cultura e Educação, o instrutor musical Athos denunciou a ociosidade de patrimônio móvel municipal armazenado inadequadamente em depósitos escolares, como flautas doces, violões e violinos novos sem uso pedagógico. A escuta encerrou-se com o registro do conflito administrativo e de competência orçamentária na gestão do Cine Madrigal, atualmente sob jurisdição da Secretaria de Educação.

Encaminhamentos e Deliberações Aprovadas:

- **Identidade Artesanal Local:** Criação de uma meta para o desenvolvimento de uma identidade artesanal inspirada em símbolos locais e no patrimônio natural, a exemplo de réplicas em cerâmica, madeira ou *biscuit* do monumento do Cristo de Mário Cravo e referências estéticas do Sertão.
- **Integração ao Turismo:** Integração do artesanato à cadeia do turismo de negócios, aproveitando feiras de grande porte para impulsionar o escoamento e a geração de renda.
- **Garantias aos Artesãos:** Exigência de que o plano de cultura estabeleça garantias contratuais e um planejamento logístico transparente que assegurem a manutenção da renda dos artesãos e o direito de retorno aos seus postos de trabalho pós-reformas.
- **Coworking Artístico Urbano:** Ocupação e requalificação de imóveis públicos abandonados para a instalação de ateliês compartilhados, residências artísticas e laboratórios vivos, abrigando as quatro vertentes do movimento *Hip Hop* e **linguagens como a tatuagem.**

- 
- **Mapeamento Setorial:** Realização de mapeamento georreferenciado dos coletivos periféricos para direcionar intervenções visuais urbanas, além de descentralizar o orçamento para evitar chamamentos genéricos ("multilinguagens").
 - **Salão de Artes e Capacitação:** Criação do Salão Municipal de Artes Plásticas com caráter competitivo e curadoria especializada, além da inclusão de cursos de empreendedorismo, marketing e elaboração de projetos na Sala do Empreendedor da Cultura, em parceria com o SEBRAE.
 - **Inventário e Oficinas nas Escolas:** Formulação de recomendação de articulação formal entre o Conselho de Cultura e a Secretaria de Educação (SMED) para inventariar o instrumental técnico ocioso nos depósitos e contratar novos instrutores, descentralizando oficinas permanentes de música e artes plásticas nas escolas de periferia e zona rural aos fins de semana.
 - **Multiculturalidade no Cine Madrigal:** Destinação do Cine Madrigal reformado para assumir caráter multicultural voltado ao cinema de rua e ao audiovisual, garantindo autonomia de uso técnico para o setor artístico.


4 - Setorial de Música e Fomento Continuado

O debate desvelou um diagnóstico de descontinuidade e asfixia laboral enfrentado pela classe musical conquistense. Os artistas criticaram a dependência de emendas parlamentares esporádicas e o modelo de fomento baseado em “pedidos de apoio” informais junto aos gabinetes governamentais. A plenária denunciou o isolamento de projetos consolidados, apontando que grandes eventos sazonais — como o São João e o Festival de Inverno — absorvem a maior fatia do orçamento municipal, enquanto as manifestações tradicionais e os músicos locais sofrem com a precarização e baixos cachês.

A reunião expôs indignação com a ingerência política e o monopólio no circuito de difusão de eventos públicos. Denunciou-se o conflito de interesses midiáticos onde agências de representação e emissoras de TV privadas (como a TV Sudoeste) travam a visibilidade dos artistas locais para proteger festivais comerciais privados. No campo da infraestrutura de ensino e difusão, os instrumentistas apontaram a fragilidade jurídica do Conservatório Municipal de Música, que opera em imóvel alugado, sem dotação orçamentária própria e com instrumentais de fanfarra e sopro ociosos em depósitos escolares por falta de espaço adequado e de professores de carreira.

Os proponentes criticaram o formato excludente de editais municipais genéricos ("multilinguagens"), que colocam a música em concorrência desigual com outras linguagens artísticas de complexidades orçamentárias distintas. O corpo de pareceristas externos e internacionais também foi rejeitado por aplicar notas subjetivas e desconhecer a relevância histórica e a identidade musical do território.

Encaminhamentos e Deliberações Aprovadas:

- **Empreendedorismo Econômico:** Entendimento da cultura sob o viés do empreendedorismo econômico e da indústria criativa produtiva.
- 

- **Democratização pelo Fundo:** Fim dos auxílios discricionários baseados em favores pessoais, exigindo que o Fundo Municipal de Cultura funcione como o instrumento primordial de democratização do acesso, assegurando editais previsíveis com processos seletivos impessoais e isonômicos.
- **Regulamentação e Cota Junina:** Regulamentação imediata da emenda que obriga a reserva mínima de 60% da grade junina para o forró tradicional e a contratação compulsória de artistas locais na abertura de grandes shows nacionais, visando frear o esvaziamento comercial do segundo semestre.

5 - Setorial Artes Cênicas, Teatro, Dança e Circo

O debate inicial foi pautado pela denúncia de censura moral, perseguição institucional e patrulhamento ideológico na máquina administrativa de Vitória da Conquista. Ativistas e artistas relataram que o governo municipal realiza varreduras sistemáticas em redes sociais — como *WhatsApp*, *Instagram*, *Facebook*, *X* e *TikTok* — para identificar posicionamentos políticos dos fazedores de cultura, utilizando esses dados como critério informal de exclusão em contratações e editais. O caso do artista Walter Lajes foi citado como exemplo de cerceamento e violação do Estado Democrático de Direito. Os presentes manifestaram indignação com a imposição do medo e da autocensura, o que tem gerado empobrecimento simbólico na cidade.

No campo orçamentário, a reunião expôs a revolta da classe com a política de hiperconcentração de recursos públicos na contratação de megaeventos comerciais em detrimento das produções locais. Denunciou-se que o último festejo junino consumiu R\$ 3.938.000,00 em cachês, drenando verbas do Tesouro Municipal para o estrelato nacional e grandes empresas privadas de som e luz. Em contrapartida, os artistas locais — que compuseram mais de 60% da grade de atrações da festa — receberam menos de 20% dessa fatia orçamentária, gerando uma assimetria que inviabiliza o ciclo da economia criativa interna.

A alteração do caráter tradicional e a privatização do espaço público nas festas populares geraram debates. A classe cênica e musical protestou contra o deslocamento do São João de seu locus tradicional, o Centro Cultural Glauber Rocha, para um ambiente privado gerido com uma empresa de eventos. Argumentou-se que a mudança elitizou a festividade, limitou o livre acesso da população de baixa renda e descaracterizou a matriz folclórica da celebração. Os artistas questionaram a coerência dessa destinação milionária frente à carência de fomento continuado nos bairros periféricos e na zona rural.

A infraestrutura física ociosa e o sucateamento do patrimônio edificado foram classificados como sintomas de negligência pública. Os diretores e atores exigiram propostas para o resgate de palcos históricos desativados, focando na reforma do Teatro Carlos Jehovah e na despoluição da bacia do Rio Verruga pelo projeto linear "Viva o Verruga". Foi denunciado o descaso que paralisou os processos de tombamento da Casa Glauber Rocha e deteriorou a área de seu monumento. Os presentes repudiaram o argumento municipal de que preservar o patrimônio cultural é um gasto alto, reafirmando que a memória artística constitui o pilar civilizatório de um povo.

Encaminhamentos e Deliberações Aprovadas:

- **Fundo Setorial do Audiovisual:** Regulamentação urgente do Fundo Setorial do Audiovisual Municipal, alimentado por um percentual das taxas de alvará de empresas de telecomunicação e radiodifusão.
- **Film Commission Municipal:** Criação da *Film Commission* Municipal para atrair produções nacionais, gerando emprego e renda para os atores locais.
- **Previsibilidade e Reserva Orçamentária:** Exigência de editais setoriais exclusivos, anuais e previsíveis, com reserva orçamentária mínima de 1% do orçamento municipal, blindando o setor contra a concorrência desleal.
- **Cinemateca e Streaming Conquista:** Criação da Cinemateca do Sudoeste Baiano na Casa Glauber Rocha e lançamento da plataforma de *streaming* pública "Conquista Play", com cota mínima de 85% de conteúdo conquistense, mitigando o abismo de distribuição baseado em dados globais da UNESCO e na realidade do curso de Cinema da UESB.
- **Acessibilidade e Direitos Logísticos:** Regulamentação da meia-entrada em todos os eventos da cidade e garantia de diárias de transporte e alimentação para os participantes rurais.

6 – Setorial de Cinema e Audiovisual


Os depoimentos expuseram o esvaziamento e o cansaço da classe artística devido ao descumprimento de deliberações passadas pelo poder público. Denunciou-se a assimetria orçamentária que direciona recursos públicos para festividades sazonais mercadológicas, enquanto os profissionais do audiovisual enfrentam precarização, jornadas de 12 horas diárias e baixas remunerações. O diagnóstico confirmou o deficit na infraestrutura municipal, com o abandono do Teatro Carlos Jehovah e do Cine Madrigal, além do desvio de prioridades na destinação de R\$ 1 milhão para a unidade móvel "Carreta da Cultura" em detrimento da Casa Glauber Rocha.

A engrenagem do fomento foi criticada pela elaboração de editais centralizados que copiam minutas federais e ignoram as demandas e a maturidade técnica do ecossistema cinematográfico regional. Frente as barreiras tributárias, os produtores denunciaram o sufocamento burocrático gerado pela Secretaria de Finanças, que dificulta a emissão de notas fiscais. A falta de adequação fiscal obriga diretores e técnicos a abrirem um segundo CNPJ para receberem por serviços em longas-metragens, resultando em duplicidade de impostos e custos contábeis.

Ao encerramento, validou-se o retorno das exibições multiculturais no Cine Madrigal sob o modelo de cogestão compartilhada com a sociedade civil. O consultor estipulou revisões bienais obrigatórias e monitoramento trimestral dos indicadores com ampla transparência pública.

Encaminhamentos e Deliberações Aprovadas:

- **Inclusão e Acessibilidade Digital:** Criação de linhas específicas de apoio voltadas a projetos de distribuição digital e reconhecimento de plataformas de



streaming como equipamentos culturais elegíveis para editais de manutenção tecnológica, assegurando remuneração justa aos profissionais de Libras, audiodescrição e legendagem descritiva, em articulação com demandas de acessibilidade anticapacitista de agentes como a plataforma Mantra/Play.

- **Reforma Tributária Setorial:** Reforma no Código Tributário Municipal para reconhecer os CNAEs de audiovisual e desburocratizar os alvarás de funcionamento para distribuidoras digitais que não demandam depósitos físicos de materiais.
- **Sustentabilidade Financeira (CONDECINE Local):** Criação do fundo setorial do audiovisual municipal alimentado por um modelo local de CONDECINE, captando recursos através da destinação do ISS e de taxas sobre empresas exibidoras, salas de cinema e telecomunicações.
- **ISS da Construção Civil:** Destinação obrigatória de frações do ISS da construção civil para o fomento cultural, vinculando os ganhos da expansão imobiliária à reforma e à revitalização de casarões históricos e centros multiculturais.
- **Diretoria de Audiovisual:** Criação de uma Diretoria ou Coordenação de Audiovisual na Secretaria de Cultura, munida de corpo técnico qualificado em legislação e produção.
- **Film Commission e Representação no CMC:** Estabelecimento de uma *Film Commission* municipal para atrair investimentos externos e reordenamento das cadeiras do Conselho Municipal de Cultura, garantindo assento técnico para associações setoriais e representantes do curso de Cinema da UESB.
- **Cinema na Grade Escolar:** Inserção definitiva do cinema na grade curricular regular do ensino básico municipal, utilizando o acervo cineclubista local e produções históricas regionalizadas como ferramentas pedagógicas.
- **Selo Territorial de Propriedade Intelectual:** Criação do selo "Criado e Produzido em Vitória da Conquista" para blindar a propriedade intelectual local, funcionando como contrapartida de divulgação integrada com a SECOM.


7 –Setorial de Museus, Identidade e Patrimônio Cultural

O consultor Aléxis Góis abriu os trabalhos resgatando os marcos jurídicos do Sistema Municipal de Cultura, diferenciando a força de lei do PMC dos arranjos orçamentários temporários de leis federais emergenciais. Enfatizou-se que o macroplanejamento exige a integração das metas ao Plano Plurianual (PPA) municipal para garantir dotação orçamentária real.

A análise situacional revelou descontinuidade informacional e fragilidade na gestão de dados. A consultoria apontou que o censo cultural de 2019 careceu de consistência metodológica, apresentando dupla contagem e perguntas confusas que inviabilizaram o dimensionamento real da cadeia produtiva local.

No campo do patrimônio edificado e da identidade urbana, arquitetos e urbanistas locais criticaram o foco exclusivo em edificações isoladas e a restrição da preservação a imóveis públicos por conveniência administrativa, deixando o patrimônio arquitetônico particular vulnerável. O Professor Anderson Itamar Aguiar resgatou o






mapeamento religioso histórico do município (1969, 2007 e 2012) para expor as fraturas de uma narrativa oficial eurocêntrica e colonizadora, evidenciando a necessidade de reparação aos povos originários das etnias Imboré, Kamakã-Mongoió e Pataxó.

Ativistas denunciaram o soterramento de nascentes e tributários do Rio Verruga, com perda de aproximadamente 3,5% de pântanos e áreas de alagados (W1) devido à expansão urbana. Criticou-se também a redução de 28% da área original do Parque do Poço Escuro prevista nos estudos do PDDU de 2019 em relação ao traçado final.

Encaminhamentos e Deliberações Aprovadas:

- **Gestão de Dados e Transparência:** Realização de nova consulta pública com rigor científico e implementação do Sistema de Informações e Indicadores Culturais, interligado a um Mapa Cultural em plataforma digital própria para centralizar editais e garantir a transparência pública universal.
 - **Fluxo de Demolição e Incentivos Fiscais:** Revisão no fluxo gerencial entre a Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA) e a Cultura para que nenhum alvará de demolição no centro histórico seja emitido sem análise histórica prévia, além da instituição de incentivos fiscais (via ISS e IPTU) para proprietários privados que conservem fachadas.
 - **Sistematização de Tombamentos:** Elaboração de sistematização técnica para a lista de 76 edifícios passíveis de tombamento, incluindo catálogo fotográfico e contextualização histórica detalhada em conformidade com a LGPD.
 - **Prioridades no PPA e Retificações:** Inclusão do Cinema Madrigal, da Casa de Glauber Rocha e do Teatro Carlos Jehovah como equipamentos prioritários no PPA. O custo de aquisição da "Carreta da Cultura" foi retificado para R\$ 890 mil e garantiu-se emenda parlamentar de R\$ 400 mil para reformas na Casa do Governador Edmundo Silveira Pacheco em 2026.
 - **Reparação Étnica e Paradidáticos:** Criação de um aldeamento indígena de salvaguarda cultural, incentivo direto às técnicas de cerâmica Mongoió e inclusão de pesquisas sobre religiões afro-brasileiras locais como material paradidático oficial da rede pública de ensino.
 - **Urbanismo Ecológico:** Ação intersecretarial com a pasta de Meio Ambiente para paralisar a degradação e restaurar o espelho d'água original do Poço Escuro, incorporando mapeamento georreferenciado de todas as surgências hídricas urbanas.
 - **Bolsa de Mestres e Mestras:** Aplicação imediata da Bolsa de Mestres e Mestras via recursos da PNAB para remuneração direta e contratação de guardiões de saberes ancestrais para lecionarem línguas, culinária ritual e confecção de brinquedos em escolas comunitárias.
 - **Rede Municipal de Museus:** Oficialização da Rede Municipal de Museus no próximo PPA, integrando a Casa Glauber Rocha, o Museu Regional da Casa Henriqueta Prates e os futuros Museus Cajaíba e da Música em um calendário comum de fomento.
- 



8 – Setorial de Literatura, Livro, Leitura e Formação Cidadã


Os debates iniciaram-se com um diagnóstico de invisibilidade e abandono do setor literário em comparação com as linguagens artísticas de maior apelo mercadológico no município. Integrantes da Academia Conquistense de Letras (ACL) e de coletivos autônomos denunciaram a fragmentação da memória bibliográfica regional e a descontinuidade no fomento, cuja sustentabilidade é afetada por emendas parlamentares esporádicas e pela dependência de clientelismos administrativos.

O estado dos equipamentos públicos de leitura centralizou as discussões. A diretora da Biblioteca Municipal José de Sá Nunes, Jeanne Marie, relatou que o espaço foi recebido com acervos raros e caixas de livros descartados em depósitos úmidos por gestões passadas. Embora a atual gestão tenha expandido o acervo de 6 mil para 35 mil itens, segmentando salas para o público infantil e infantojuvenil, a plenária criticou a localização do prédio. Isolada dos grandes fluxos de transporte e cercada por cenários de vulnerabilidade e insegurança que impedem o funcionamento noturno, a transferência do equipamento tornou-se pauta central.

A transversalidade entre as pastas de Cultura e Educação foi defendida para a formação de plateias e o desenvolvimento da alfabetização estética. O diagnóstico revelou carência de profissionais bibliotecários na rede municipal de ensino, identificando unidades com acervos trancados ou sob a gestão de voluntários sem qualificação. No campo econômico, os debates expuseram a precariedade financeira de autores independentes devido aos custos contábeis e de impressão gráfica.

A categoria denunciou também que o sistema informatizado BibLibre possui os dados de catalogação do município concluído, mas padece de omissão técnica que impede a disponibilização online para consulta remota.

Encaminhamentos e Deliberações Aprovadas:

- **Fomento Lícito e Isonômico:** Execução exclusiva do fomento decenal por editais e chamadas públicas regionalizadas, eliminando apoios discricionários em gabinetes.
 - **Transferência da Biblioteca:** Fixação da transferência definitiva da Biblioteca Municipal José de Sá Nunes para uma área centralizada ou para a Zona Oeste como meta estratégica para garantir o acesso democrático.
 - **Políticas Permanentes e Bienal:** Criação de uma Bienal do Livro em Vitória da Conquista com formato expandido e inclusão obrigatória da Feira Literária anual no calendário fixo de leis orçamentárias do município.
 - **Expansão da Caravana Cultural:** Ampliação do projeto "Caravana Cultural" vinculada ao PPA, promovendo saraus e pontos literários (geladeiras de livros) em logradouros públicos, delegacias, pátios escolares e pântanos rurais periféricos para combater a segregação na Zona Oeste.
 - **Universalização de Bibliotecas Escolares:** Universalização das bibliotecas escolares em conformidade com a legislação federal e celebração de convênios para a inserção de obras regionais no currículo por meio do Plano Municipal do Livro Paradidático e de cotas obrigatórias de autores conquistenses.
- 

- **Apoio à Cadeia Editorial:** Fortalecimento e subsídio a editoras regionais independentes e criação de linha de financiamento exclusiva para publicação de livros nas chamadas da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB).
- **Digitalização e Salvaguarda Patrimonial:** Digitalização e reedição de obras de vultos literários locais, como Aníbal Viana e Eleusa Câmara, sob o amparo da LGPD e mediante autorização legal de herdeiros para autores falecidos há menos de 70 anos.
- **Modernização do Sistema e Governança:** Imediata liberação do catálogo digital unificado online, implementação do sistema automatizado de empréstimos e blindagem jurídica de arquivos públicos contra extravio de dados em transições de governo.
- **Autonomia Institucional:** Recomendação para a transformação da Biblioteca Municipal em fundação autônoma com dotação orçamentária própria e incorporação do Arquivo Público à estrutura da Secretaria de Cultura.


9 – Setorial de Design, Esporte, Turismo, Novas Mídias e Diversidade Religiosa

A assessoria diagnosticou baixa adesão espontânea de profissionais de design nas oitivas presenciais, devido à forte vinculação mercadológica do setor com agências de publicidade e serviços comerciais. Para mitigar o esvaziamento, chancelou-se o uso sistemático de ferramentas de escuta eletrônica e consultas públicas digitais na governança colaborativa.

O cruzamento estratégico entre as pastas de Esporte e Cultura emergiu como eixo de impacto identitário para o município. A plenária validou a integração programática intersetorial, reconhecendo artes marciais e atletas conquistenses de renome internacional como patrimônio e elementos constituintes da identidade local.

A dimensão econômica da cultura e sua mola propulsora no turismo regional exigiram indicadores de desempenho para orientar a LOA e as peças do PPA municipal. A mesa técnica apontou que megaeventos sazonais, como o São João e o Festival de Inverno, figuram como indutores do fluxo turístico, demandando o monitoramento da taxa de ocupação hoteleira, do *ticket* médio de gasto do visitante e da sazonalidade mercadológica. Elevou-se a gastronomia típica e a culinária de matriz africana — com ênfase no acarajé — ao status de patrimônio imaterial estratégico para o desenvolvimento econômico.


O reconhecimento da fé e da pluralidade litúrgica moldou as propostas do eixo de diversidade cultural, estabelecendo o programa "Conquista, Território da Diversidade". O plano decenal garantiu o respeito mútuo e a isonomia entre as matrizes Católica, Evangélica, Espírita e de Terreiro nos editais públicos. O monumento do Cristo Crucificado foi promovido como eixo de peregrinação católica, enquanto a "Marcha para Jesus" e a cultura gospel foram chanceladas como patrimônio imaterial. Garantindo-se, ainda, a inclusão de terreiros tombados e comunidades quilombolas nos roteiros oficiais de Afroturismo.



Pesquisadores criticaram o apagamento das memórias populares no currículo escolar, denunciando a ausência de conteúdo obrigatório sobre a história de Vitória da Conquista na rede municipal. Ativistas e técnicos criticaram também a obsolescência da legislação de tombamento vigente e a desinformação da população, que gera falsas expectativas de financiamento público imediato para reformas em imóveis privados.

A gestão das festividades juninas foi alvo de protestos contra o monopólio de agências de representação, acusadas de inflacionar cachês e marginalizar gêneros tradicionais. Denunciou-se falha na regulamentação da lei de reserva de 60% das atrações para o forró tradicional, o que permitiu a infiltração de piseiro e sertanejo, gerando desequilíbrio orçamentário no segundo semestre por hiperconcentração de gastos em junho. Por fim, a setorial emitiu alerta técnico sobre as limitações de uso do Centro Cultural Glauber Rocha, cujo pavimento em concreto e o desvio de função como centro administrativo asfixiam as feiras e apresentações populares da Zona Oeste. Repudiou-se a ausência de repasses federais e estaduais para a manutenção de equipamentos como a Praça CEU, sobrecarregando o Tesouro municipal.

Encaminhamentos e Deliberações Aprovadas:

- **Integração Lazer e Cultura:** Inclusão de atividades físicas de massa — como yoga, alongamento e circuitos de ciclismo — na programação oficial de grandes eventos culturais.
 - **Logística Descentralizada:** Uso planejado da “Carreta da Cultura” (adquirida via PNAB) como suporte logístico para intervenções de lazer descentralizadas na periferia e na zona rural.
 - **Investimentos Turísticos Permanentes:** Consolidação de investimentos na infraestrutura de acesso para o campeonato anual de voo livre na Serra do Periperi, mapeamento de rotas de aventura para cicloturismo, consagração do evento “Pôr do Sol do Cristo” e implementação de sinalização digital via QR Code em hotéis e carros de aplicativo.
 - **Edital Específico PNAB:** Criação de um edital específico na PNAB destinado ao apoio de corais, quartetos e grupos vocais institucionais para valorizar o papel social das instituições religiosas.
 - **Alfabetização Estética e Espaço de Leitura:** Resgate educativo e preservação do “Cemitério da Saudade” como museu a céu aberto para o ensino da memória local. Blindagem institucional e manutenção física do programa “Pro-Ler”, protegendo sua permanência no Centro de Cultura contra disputas espaciais com a universidade.
 - **Pacote Legislativo:** Articulação do “Pacote Legislativo da Cultura” na Câmara, com destaque para a implementação de uma Lei Municipal “Cultura Viva” e criação de uma comissão municipal para agilizar a certificação da rede de até 60 pontos de cultura potenciais do território.
 - **Diretrizes de Tombamento:** Priorização do tombamento de imóveis públicos antes de intervir no patrimônio particular, além da realização de oficinas e palestras com a Procuradoria Municipal para desmistificar o marco regulatório junto aos proprietários rurais e urbanos.
- 

- **Identidade Cinematográfica:** Consolidação de uma identidade cinematográfica inspirada no legado de Glauber Rocha, com mecanismos de participação popular ativa, como sessões de crítica coletiva para o corte final de obras financiadas pelo erário municipal.
- **Fundo de Cultura:** Cumprimento da dotação compulsória de 10% do orçamento líquido municipal para o Fundo de Cultura, garantindo a institucionalização de editais anuais de multilinguagem (teatro, circo, dança, cinema e literatura) e inclusão obrigatória de artistas locais na abertura de grandes shows nacionais.

10 – Setorial de Infraestrutura e Equipamentos Culturais

O diagnóstico situacional revelou que a população local concentra a percepção de cultura no Centro de Cultura Camillo de Jesus Lima, de jurisdição estadual, gerando invisibilidade sobre os espaços geridos pelo erário municipal. As discussões operacionais pautaram as demandas históricas de restauro e reabertura do Cine Madrigal, do Teatro Carlos Jehovah e da Casa Glauber Rocha.

Em relação ao Cine Madrigal, sob jurisdição da pasta de Educação, apontaram-se barreiras estruturais como a obsolescência da rede elétrica e a inadequação das escadas de emergência às normas do Corpo de Bombeiros. Na Casa Glauber Rocha, a gravidade da infestação de cupins exigirá uma lona emergencial para estancar os danos. O projeto de restauração e implantação de memorial e cinemateca no local dependerá de captação federal via Lei *Rouanet* devido à insuficiência orçamentária do tesouro municipal.

A requalificação do Teatro Carlos Jehovah foi defendida por sua centralidade e integração histórica com o mercado de artesanato. Por outro lado, proferiu-se crítica técnica à supervalorização saudosista desse espaço, cujo palco-arena comporta apenas 150 pessoas, configurando-se como sala de ensaio. O GT emitiu alerta técnico similar sobre a proposta de construir um palco fixo de alvenaria no Centro Cultural Glauber Rocha, apontando o risco de ociosidade espacial e obstrução de áreas multiuso, fenômeno classificado como "efeito jabuti".

No eixo do livro e da leitura, a gerente Jeanne Marie apresentou o inventário da Biblioteca Municipal, que conta com 35.998 exemplares, consolidado como o segundo maior acervo público da Bahia. A plenária criticou a transferência do órgão para o Parque Municipal em gestões passadas, apontando o isolamento geográfico, a falta de transporte e a percepção de insegurança pela proximidade com o Centro Pop como fatores de evasão de público. No Alto Maron, os servidores celebraram o sucesso da Praça CEU na oferta de vôlei, futsal e capoeira, mas diagnosticaram o estrangulamento de seu espaço físico por possuir a menor planta técnica disponível.


A plenária também criticou intervenções arquitetônicas recentes, citando a escadaria da Câmara de Vereadores como exemplo de erro estético e inadequação ao patrimônio edificado por falta de conhecimento especializado em obras públicas.

Encaminhamentos e Deliberações Aprovadas:

- **Desapropriação no Entorno do Madrigal:** Uso do instrumento legal para desapropriação de lojas particulares adjacentes ao Cine Madrigal, viabilizando rotas de fuga para reabri-lo como Cine-Teatro e dinamizar a economia noturna do centro.
- **Licitação do Teatro Carlos Jehovah:** Elaboração, pela Secretaria de Cultura e Secretaria de Infraestrutura (SEINF), do edital de licitação para reconstrução total da cobertura e modernização dos sistemas elétricos, de iluminação e ventilação.
- **Mudança da Biblioteca e Conservatório:** Transferência do equipamento e do Conservatório de Música para prédios de antigas escolas estaduais em processo de repasse ao município até julho de 2026.
- **Modernização Tecnológica e Acessibilidade:** Implementação de consulta remota via sistema BibLibre e expansão da tecnologia assistiva Orcam para leitura autônoma por pessoas com deficiência visual.
- **Salas de Leitura no Minha Casa Minha Vida:** Cooperação intersetorial com a Caixa Econômica Federal para fiscalizar a obrigatoriedade de salas de leitura nos 22 residenciais (1.644 novas unidades em construção), rejeitando a marginalização de populações vulneráveis.
- **Memoriais na Zona Rural:** Mapeamento de Zonas de Interesse Histórico-Cultural (ZIHC) nos distritos rurais de Iguá, José Gonçalves e Cercadinho para a instalação de memoriais que salvaguardem a história das famílias rurais.
- **Diretrizes para a Carreta da Cultura:** Obrigatoriedade de circulação da unidade móvel pelos 11 distritos rurais durante o São João, além de fixar critérios de bonificação (pontos de indução) nos editais da PNAB para descentralização de linguagens urbanas, *hip-hop* e grafite em bairros vulneráveis.
- **Equipamento na Zona Leste e Formações:** Instalação de um novo equipamento cultural de grande porte na Zona Leste e início das formações gratuitas de *design thinking* e inclusão digital no Telecentro da Praça CEU em fevereiro de 2026.
- **Projeto Centro Vivo:** Planejamento interdisciplinar de longo prazo (20 anos) focado na humanização do núcleo urbano original via redução do tráfego, priorização de pedestres, conversão de prédios abandonados em residências estudantis e criação de uma "Vila Cultural" com cafés literários no entorno do Cine Madrigal.
- **Fluxo de Proteção contra Demolições:** Consolidação do fluxo de consulta obrigatória à Secretaria de Cultura antes de qualquer emissão de alvará de demolição pela SEINFRA.

11 – Setorial de Educação e Qualificação Profissional

A análise situacional revelou fragilidade na memória institucional e entraves na obtenção de dados históricos, incluindo dificuldades administrativas para acessar atas e documentos de gestões anteriores. Diante disso, o atual esforço foca na montagem de um repositório digital de salvaguarda para impedir a interrupção ou o apagamento de




projetos em trocas de governo. Críticas foram desferidas contra a metodologia do censo cultural de 2019, cujas perguntas confusas geraram dupla contagem e dados difusos, inviabilizando o dimensionamento real da cadeia produtiva local.

No campo da salvaguarda material, o debate expôs o esvaziamento das políticas de restauro e o risco de aprovação de leis que criam obrigações administrativas sem previsão orçamentária ou regulamentação, a exemplo da Lei da Poesia nos Transportes Públicos. O plano priorizou a reestruturação física do patrimônio como pré-requisito para as políticas de fomento.

A dimensão ética da história local pautou denúncias de que as narrativas tradicionais negligenciam as memórias populares e perpetuam a perspectiva colonizadora, o que é evidenciado pela falta de um livro de história oficial e de dados corretos no portal da Prefeitura. No patrimônio particular, criticou-se a fragilidade da atual lei de tombamento de 1993.

Por fim, denunciou-se a verticalização excessiva no bairro Alto Maron, que compromete a visibilidade de marcos geográficos como o Cristo e a Serra do Periperi (a "dobra do migrante", na cota 700 da BR-116). O ecossistema hídrico também exigiu proteção contra o avanço de loteamentos, demandando ações estruturais ligadas à saúde pública.

Encaminhamentos e Deliberações Aprovadas:

- **Novo Censo e Indicadores:** Realização de um novo Censo Cultural com metodologia científica padronizada e consolidação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC), atrelado a uma plataforma online para o Mapa Cultural e uma página na internet para garantir a transparência pública universal.
 - **Metas de Territorialização:** Elevação da cobertura de oferta cultural regular para 80% até o ano de 2028, assegurando programações mensais descentralizadas e uma cota mínima de 30% de acessibilidade plena (Libras, audiodescrição e acessibilidade física).
 - **Operacionalização Rural:** Implantação de 06 novos Pontos de Cultura comunitários, 01 unidade móvel itinerante e criação de 12 microeditais territoriais via Fundo Municipal de Cultura.
 - **Lida Imaterial e Pro-Ler:** Aplicação da "Bolsa de Mestres e Mestras" com recursos da PNAB e proteção física e institucional do programa "Pro-Ler" frente a conflitos territoriais com a universidade.
 - **Revitalização do Centro Histórico:** Revitalização baseada no Mercado Municipal, no Cine Madrigal e na Casa Glauber Rocha.
 - **Retificações e Emendas:** Retificação do custo da "Carreta da Cultura" para R\$ 890 mil e esclarecimento de que as despesas de conservação da Casa Glauber (R\$ 5 mil anuais) limitam-se à manutenção do imóvel fechado. Garantia de emenda de R\$ 400 mil para a reforma da Casa do Governador Edmundo Pacheco em 2026 e o fluxo de consulta obrigatória à Cultura antes de alvarás de demolição pela SEINFRA.
- 

- **Reparação a Povos Originários:** Medidas de reparação às etnias Iboré, Kamakã-Mongoió e Pataxó, defendendo a criação de aldeamentos indígenas, a restituição de áreas de ocupação originária, o fomento à medicina tradicional e à produção de cerâmica Mongoió.
- **Marco Legal de Tombamento:** Convocação formal de proprietários particulares e realização de oficinas com a Procuradoria Municipal para desmistificar o marco legal de 1993 e pactuar compensações financeiras ou incentivos tributários.
- **Proteção à Forma Urbana:** Chancela da "forma urbana", do traçado original das ruas e dos conjuntos das décadas de 1940 a 1970 (bairros Guarani, Alto Maron e Aparecida) como objetos centrais de proteção, além da criação de um Distrito Central no PDDU com regulação de alturas de pavimentos, proteção de edificações modernas e a marcação da "quarta dimensão" do patrimônio (memória da ocupação indígena).
- **Preservação Hídrica:** Resgate e convivência urbana com o Rio Verruga, preservação de nascentes nos setores Arapas e Primavera, restauração do espelho d'água original no Poço Escuro e mapeamento técnico de todas as nascentes urbanas.

12 – Setorial de Gestão e Fomento

A plenária pautou denúncias de retrocesso administrativo e fadiga institucional decorrentes da influência político-partidária no fomento. Ativistas e acadêmicos repudiaram o modelo histórico de repasse discricionário baseado em clientelismos e "pedidos de apoio" informais junto aos gabinetes, o que reduzia o artista à condição de pedinte e gerava a concentração de recursos em grupos empresariais consolidados.

A disputa em torno do corpo de avaliadores gerou protestos dos fazedores da ponta. Críticas foram desferidas contra o uso de pareceristas externos e nacionais que desclassificaram projetos históricos de salvaguarda de memória e reedições biográficas em detrimento de oficinas recreativas de baixo impacto cultural, por desconhecerem as nuances da identidade regional.

A lida da Literatura, Livro e Leitura foi diagnosticada como uma das linguagens mais desassistidas pelas políticas públicas tradicionais do município, operando em cenário de dispersão e fragilidade jurídica. O GT de escritores, amparado por membros da Academia Conquistense de Letras (ACL) e do curso de Letras da UESB, discutiu esses gargalos estruturais.

A infraestrutura dos equipamentos de leitura pautou debates acerca do isolamento e da exclusão socioespacial. A gerente técnica Jeanne Marie apresentou o inventário do acervo da Biblioteca Municipal José de Sá Nunes, detalhando fraturas decorrentes de infiltrações no telhado e a evasão de público motivada pela insegurança no entorno. Por fim, a setorial apontou a opacidade no sistema de catalogação BibLibre, exigindo modernização tecnológica e salvaguarda patrimonial digital como obrigações de Estado.

Encaminhamentos e Deliberações Aprovadas:

- **Isocronia e Editais:** Determinação de editais e chamadas públicas como as únicas vias lícitas e impessoais de circulação de verbas, com cumprimento rigoroso do decreto regulamentador do Fundo Municipal de Cultura e exigência de rigor técnico na comprovação de CNAE e estatuto das instituições para evitar capturas indevidas de recursos.
- **Regras para Certames:** Fixação de diretriz para segmentação rígida dos editais por linguagens artísticas isoladas — evitando assimetrias orçamentárias — e instituição de travas para mitigar a acumulação de prêmios por um mesmo proponente em múltiplos eixos.
- **Plano de Literatura (PMLLL):** Inclusão estratégica da elaboração e implementação do Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura (PMLLL) no corpo da lei decenal.
- **Sustentabilidade Editorial e Resgate:** Concessão de subsídios a editoras regionais independentes, criação de linhas exclusivas de financiamento de publicações com recursos da PNAB, regulamentação da "Lei da Semana do Livro" e reedição de obras de autores como a Professora Eleusa e Mozart Tanajura.
- **Transferência de Sede:** Transferência física da Biblioteca Municipal José de Sá Nunes para um novo prédio centralizado ou na Zona Oeste até 2026, garantindo acessibilidade urbana, transporte eficiente, funcionamento em três turnos e núcleos Braille com tecnologia assistiva de inteligência artificial (câmera Orcam).
- **Universalização de Bibliotecas Escolares:** Rejeição do uso de "salas de leitura" desestruturadas e exigência do cumprimento da legislação federal para universalização de bibliotecas escolares completas com bibliotecários concursados.
- **Plano de Livro Paradidático:** Criação do Plano Municipal do Livro Paralelático para cotas obrigatórias de obras regionais nos currículos e promoção de encontros sistemáticos de autores em pátios escolares requalificados.
- **Rede de Leitura e BibLibre:** Institucionalização de uma rede municipal descentralizada (bibliotecas comunitárias, clubes de leitura e projeto "Delivery do Livro") e informatização imediata com disponibilização online do catálogo de 44 mil itens do acervo no sistema BibLibre.
- **Direito Autoral e Difusão Descentralizada:** Digitalização de acervos raros e revistas históricas de domínio público, observando estritamente a regra de 70 anos pós-falecimento do autor. Previsão no PPA para uso do Planetário Municipal como polo de difusão literária e andamento do projeto "Céu das Artes II" no bairro Patagônia via PAC, balizado pelo CadÚnico.

13 – Escuta Territorial do Bairro Brasil e Zona Oeste

O debate inicial abordou disputas operacionais e espaciais no Centro Cultural Glauber Rocha. Permissionários, mestres e artesãos relembrou o histórico de abandono do local até a instalação da Prefeitura da Zona Oeste, que ultrapassou 1,2 milhão de atendimentos. Contudo, criticou-se o recesso absoluto dos servidores em feriados e finais de semana prolongados, que determina o fechamento dos portões do complexo. Os artesãos relataram prejuízos logísticos e denunciaram a paralisação do artesanato e da capoeira nos períodos sazonais de maior fluxo turístico.

No plano das conexões com o turismo de negócios e de aventura, a classe formulou metas para reter os fluxos de passageiros que desembarcam no aeroporto local em direção à Chapada Diamantina ou ao litoral.

A transversalidade entre Educação e Cultura foi defendida para a salvaguarda patrimonial e alfabetização estética das novas gerações. A engrenagem presencial também deu centralidade à lida da capoeira e à cultura de matriz africana, representadas por 27 grupos unificados sob o Conselho de Mestres. O mestre Acordeon enfatizou a precariedade da infraestrutura urbana de lazer na periferia, como fiações elétricas expostas na Casa da Juventude e ferragens oxidadas no Estádio Edvaldo Flores.

Encaminhamentos e Deliberações Aprovadas:

- Fortalecimento da Economia Solidária: Desburocratização técnica para a formalização do Conselho Municipal de Economia Solidária e instalação de um escritório comunitário de informática com assessoria contábil e de marketing coletivo, protegendo os produtores contra atravessadores.
- Adequação Logística e Requalificação: Requalificação física do piso do estacionamento do Glauber Rocha para suportar frotas de grande porte e convertê-lo em ponto de parada obrigatório de ônibus turísticos, integrando-o ao roteiro da "Capital do Biscoito".
- Linha de Souvenirs Oficiais: Fomento à propriedade intelectual local através da criação de souvenirs e miniaturas oficiais desenvolvidas pelos artesãos do bairro, aproveitando a certificação do Cristo Crucificado de Mário Cravo no Guinness Book.
- Inclusão Curricular: Inserção obrigatória da história do artesanato de raiz e das técnicas tradicionais de tombamento nos livros didáticos municipais.
- Tombamento do Seminário: Tombamento histórico e proteção por decreto municipal do Seminário do Bairro Brasil, cujo grupo de trabalho já está formalizado.
- Festival de Vídeos 360°: Instituição de um festival de vídeos experimentais em formato 360° utilizando a cúpula de projeção do Planetário para atrair o público universitário de Letras e Cinema da UESB.
- Patrimonialização e Infraestrutura da Capoeira: Correção do asfalto grosseiro e do concreto áspero da praça da Rua Vicente que prejudica os praticantes. Resgate da "Festa da Bandeira" de Itaipu (certificada pelo MinC) para convertê-la em patrimônio imaterial municipal por lei, incluindo-a no calendário fixo de eventos com custeio público de segurança e transporte.

14 – Escuta Territorial da Zona Leste (Bairro Candeias)

A escuta revelou um paradoxo: a Zona Leste concentra o maior número de proponentes aprovados em editais culturais (devido ao polo universitário e maior letramento burocrático), mas sofre com a ausência de equipamentos públicos de referência.

A Avenida Olívia Flores é usada para lazer e esporte, mas carece de infraestrutura; há projeto engavetado para praça multiuso em frente ao Colégio Oficina. O Cine Madrigal enfrenta entraves: desapropriação de lojas, adequação ao Corpo de Bombeiros e falta de operador fixo – perdeu-se R\$ 1,5 milhão por falta de técnico.

A memória histórica pautou a criação de um museu na Zona Leste, com destaque para a fazenda de Régis Pacheco (em estudo para tombamento). Denunciou-se a obsolescência da lei de tombamento de 1993 e a perda de acervo digitalizado. Pesquisas contestam o "mito do extermínio" indígena, revelando continuidade de povos Kamakã-Mongoió.

A identidade gastronômica foi debatida: a "Capital do Biscoito" tem festival previsto para agosto, mas não realizado desde a pandemia. O Rio Verruga, em nível crítico de contaminação, demanda ações educativas com as escolas. A integração esporte-cultura foi esclarecida (produtos culturais são elegíveis, campeonatos não). A Carreta da Cultura será priorizada em periferias e zona rural, com pontuação extra em editais.

Encaminhamentos e Deliberações Aprovados:

1. Viabilizar o projeto da praça multiuso (esporte/cultura) no Colégio Oficina.
2. Tombar a Fazenda Régis Pacheco e transformá-la em museu.
3. Requalificar a Avenida Olívia Flores (iluminação, sinalização, paisagismo).
4. Instituir o "Dia do Rio" com mobilização das redes de ensino.
5. Acelerar desapropriações e contratar operador fixo para o Madrigal.
6. Retomar o Festival Nacional do Biscoito e criar ponto turístico de fabricação artesanal.
7. Revisar as leis de tombamento (atualizar o arcabouço legal de 1993).
8. Permitir produtos culturais sobre memória esportiva em editais (vedado campeonatos puros).
9. Implementar comunicação por rádio e redes sociais para editais e eventos.
10. Consolidar o uso da Carreta da Cultura prioritariamente em periferias/rural.
11. Realizar estudo de trânsito para fechamento de vias em rodízio (Leste/Oeste) aos domingos.
12. Incluir a Zona Sul no planejamento de equipamentos públicos de lazer.

15 – Escuta Territorial de José Gonçalves (Zona Rural)

A abertura dos trabalhos contou com uma dinâmica de letramento pedagógico realizada com crianças e estudantes da rede pública de ensino do distrito. O exercício revelou um diagnóstico de exclusão socioespacial e esvaziamento da memória cultural na infância rural: nenhuma das crianças lembrou o nome de uma peça de teatro ou o conteúdo de filmes nacionais assistidos. A maioria dos estudantes informou que jamais acessou o Planetário Municipal ou visitou o Centro Cultural Glauber Rocha na Zona Oeste, evidenciando a carência de fruição e infraestrutura artística nos povoados rurais.

A plenária evidenciou o estrangulamento laboral e a fadiga institucional gerados por entraves burocráticos e pela linguagem hermética das plataformas tradicionais de fomento. Lideranças comunitárias denunciaram que, embora Vitória da Conquista seja o segundo município em capilaridade de Pontos de Cultura na Bahia — superado apenas por Salvador —, a população do campo permanece marginalizada por portfólios extensos, jargões contábeis e certidões complexas exigidas pelas instâncias federais e estaduais. Esta barreira técnica dificulta a auto-organização comunitária e restringe o acesso de produtores rurais às verbas da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) e da Lei Paulo Gustavo.

As comunidades tradicionais de base quilombola de José Gonçalves e o povoado de Lagoa dos Patos relataram a perda de suas matrizes juninas por falta de infraestrutura de som e palcos públicos. Jovens músicos da zona rural também apontaram a exclusão da atividade musical devido à falta de instrumentos básicos e de oficinas descentralizadas nos distritos.

Encaminhamentos e Deliberações Aprovadas:

- **Valorização do Terno de Reis das Rosas:** Apresentação oficial e defesa do grupo (patrimônio imaterial fundado em 2009 e composto exclusivamente por mulheres), sob a liderança de Mestra Dolores Graglia, de 90 anos, contrastando com o histórico de baixos cachês (R\$ 700,00) de gestões passadas.
- **Retificação Orçamentária:** Confirmação, pelo Assessor Especial de Cultura, Alexandre Magno, da elevação do cachê fixo para R\$ 6.000,00 por meio de editais de credenciamento.
- **Apoio a Festejos Tradicionais:** Exigência de apoio logístico direto para a salvaguarda da centenária Festa do Padroeiro Santos Perdido, celebração que mobiliza mais de 90% dos moradores locais mensalmente.
- **Resgate de Quadrilhas e Fomento Musical:** Implementação de incentivo continuado para reativar as tradicionais quadrilhas juninas do interior e criação de oficinas de alfabetização estética descentralizadas com fornecimento de instrumentos nos distritos.

16 – Escuta Territorial do Bairro Guarani

A mesa técnica, composta pela vice-presidência do Conselho Municipal de Cultura e por técnicos da pasta, ressaltou o caráter ético desta oitiva voltada a diagnosticar os gargalos de infraestrutura e as potências comunitárias no plano decenal (2026-2036). O debate na comunidade abordou o depoimento de integrantes da quadrilha junina Luz do Nordeste, coletivo com 11 anos de atuação contínua e premiações regionais. Os participantes expuseram o cenário de asfixia laboral e a ausência de um edital municipal específico para quadrilhas, o que força o grupo a competir em chamadas gerais de fomento.

Foi denunciada uma assimetria federativa provocada por regras de indução estaduais: municípios baianos menores que não recebem recursos diretos da PNAB (como Catu, Catulé, Poções e Barra do Choça) possuem editais próprios e recebem pontuações bônus em certames estaduais. Como consequência, os realizadores de Vitória da Conquista enfrentam dupla penalização: pela falta de fomento local e pela perda de pontos nas seleções da Bahia. Os quadrilheiros também relataram problemas estruturais no último festejo junino da Prefeitura, classificando o espaço como inadequado devido a um tablado improvisado sobre chão de terra batida, poeira, ausência de arquibancadas, falta de cabine técnica e uso de extintores cênicos que sufocaram os brincantes e jurados.

O diagnóstico da infraestrutura do Bairro Guarani revelou obsolescência nos espaços de ensaio e convivência. Embora o complexo local (quadra e palco) abrigue o Terno de Reis, ensaios juninos e festivais de capoeira, a área padece de telhado insuficiente e fiações elétricas expostas na caixa de força. Artistas apontaram entraves logísticos, como a falta de banheiros funcionais no mesmo pavimento, obrigando idosos e crianças a utilizarem escadarias. A comunidade lamentou o desaparecimento dos tradicionais "barracões" de bairro, que dinamizavam as bandas regionais. No campo institucional, o debate desvelou inconsistências fiscais e burocráticas, como a falta de aplicação da lei municipal que destina 10% do orçamento da cultura ao Fundo Municipal de Cultura por ausência de fixação de fonte orçamentária no Tesouro.

Encaminhamentos e Deliberações Aprovadas:

- **Financiamento Logístico de Quadrilhas:** Apoio para mitigar o custo de transporte da quadrilha Luz do Nordeste, superior a R\$ 10.000,00 anuais para deslocamentos a festivais externos, enfrentando barreiras estéticas em comissões julgadoras contra quadrilhas estilizadas.
- **Gestão de Espaço para 25 Casais:** Adequação de infraestrutura física para acomodar com dignidade as cenografias de grande porte do setor junino.
- **Fixação da Carreta da Cultura:** Integração permanente da circulação da "Carreta da Cultura" no bairro Guarani dentro das metas do plano decenal.
- **Regularização Jurídica do Fundo:** Exigência de criação de um CNPJ próprio para o Fundo Municipal de Cultura para evitar o risco iminente de bloqueios judiciais e execuções fiscais na conta única da prefeitura, corrigindo a fragilidade jurídica que paralisou recursos em Ilhéus.

- **Reativação Legislativa e Competências:** Crítica à desatuação de leis vigentes, como a Lei da Poesia nos Transportes, e à descontinuidade administrativa que transferiu o edital de quadrilhas da Cultura para a Coordenação da Juventude, exigindo a redefinição clara de competências.

17 – Escuta Territorial do Distrito de São Sebastião

A lida comunitária em São Sebastião revelou um diagnóstico de descontinuidade administrativa no território rural. Supervisor e moradores relataram que a tradicional Festa do Padroeiro está extinta há dois anos consecutivos por ausência de incentivo público e de insumos básicos do Estado. A histórica Festa da Bandeira do distrito também foi descontinuada. A plenária criticou o modelo de fomento sazonal da prefeitura que, embora envie atrações musicais para os festejos juninos, negligencia a infraestrutura básica e a logística local.

O déficit de equipamentos culturais e a deterioração dos espaços poliesportivos foram apontados como fatores de exclusão da juventude. A quadra comunitária do distrito encontra-se sem cobertura, com as demarcações oficiais de vôlei, basquete e futsal desaparecidas, além de ostentar um piso de concreto que machuca os praticantes. No campo da memória e das economias tradicionais, a comitiva de cavaleiros e tropeiros relatou precarização por não possuir ponto de apoio ou estrutura de acolhimento físico na praça.

A oitiva expôs uma barreira comunicacional que isola as populações do campo. Para os moradores, os mecanismos técnicos de editais, portfólios digitais e inscrições virtuais operam sob uma lógica excludente. Essa limitação dificulta a participação de novos talentos e impede que o distrito acesse as verbas do Fundo Municipal ou as premiações da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). A plenária denunciou o clientelismo e as divisões político-partidárias que fragmentam as associações locais, gerando o engavetamento de propostas coletivas estruturantes.

Os artistas da terra (músicos, cantores e violeiros) relataram desvalorização, sendo preteridos por atrações externas contratadas em pacotes comerciais pela Secretaria de Cultura. Ao término das manifestações, Aléxis Góis orientou os presentes a formalizarem suas demandas por meio de ofícios estruturados protocolados junto ao Conselho Municipal de Cultura.

Encaminhamentos e Deliberações Aprovadas:

- **Infraestrutura para Festejos:** Exigência de fornecimento de toldos, palcos e tabladados seguros para os organizadores de festas tradicionais de base.
- **Financiamento de Ritos Tradicionais:** Mapeamento da carência orçamentária do voluntariado comunitário, visto que o custeio de festas tradicionais exige a aquisição de gado — com custo médio atual de R\$ 5.000,00 por boi —, o que onera os produtores de baixa renda.
- **Participação no Conselho:** Divulgação das reuniões abertas ordinárias do CMC, que ocorrem toda primeira terça-feira do mês, às 19h, no Memorial Governador Régis Pacheco.

- **Consagração do Plano Decenal:** Canalização das demandas para a Conferência Municipal de Cultura, agendada para o dia 5 de maio de 2026, no Centro de Cultura Camillo de Jesus Lima, visando consagrar o plano decenal como blindagem jurídica.

18 – Escuta Territorial do Distrito de Lagoa das Flores

O diagnóstico em Lagoa das Flores — maior região em extensão territorial do município — evidenciou um contraste entre a exuberância econômica de suas cadeias produtivas e a carência de equipamentos culturais públicos e atividades estruturadas para a juventude. A plenária desvelou que a Cavalgada desponta como a principal manifestação cultural do território, atuando como motor da economia local ao impulsionar salões de beleza, barbeiros, comércios de alimentação, vestuário tradicional e fornecedores de insumos para animais. Atuam na localidade comitivas e blocos autônomos como Selvagem, Águas Claras, Cativas, Filhos do Mato e Marias Cativa, consolidando práticas de montaria e civismo entre gerações.

Contudo, o setor padece de desorganização institucional e da ausência de um calendário unificado. O diagnóstico técnico registrou que as comitivas frequentemente realizam até três ou quatro eventos simultâneos no mesmo domingo, o que fragmenta o público, pulveriza as vendas do comércio e reduz a rentabilidade das festas. A salvaguarda imaterial revelou que a tradição do Terno de Reis encontra-se em declínio, sem um grupo fixo na localidade, limitando-se a apresentações sazonais de familiares vindos de Caetano e Jacaré, que enfrentam barreiras de intolerância e baixa aceitação na zona urbana. Os moradores também alertaram para o risco de descontinuidade da tradicional Festa de São Pedro por escassez de recursos públicos.

A escuta expôs a asfixia financeira enfrentada pelos organizadores de cavalgadas diante do custo operacional. Sem dotação orçamentária do município, os blocos independentes recorrem à cobrança de ingressos, gerando uma barreira de exclusão que afasta as famílias de baixa renda e pretere os músicos locais de forró em detrimento de atrações nacionais.

A classe criticou o isolamento comunicacional e o analfabetismo burocrático na zona rural, onde os fazedores de cultura desconhecem os mecanismos de fomento e as plataformas de inscrição da PNAB. Os técnicos da Secretaria advertiram, contudo, que os próprios cavalgueiros operam sem estatutos, atas registradas ou documentos fiscais estruturados, o que paralisa a rastreabilidade do erário e impede a formalização de demandas perante o Conselho de Cultura.

Encaminhamentos e Deliberações Aprovadas:

- **Calendário Unificado de Cavalgadas:** Criação de um calendário unificado gerido pelos promotores para evitar a concorrência predatória de múltiplos eventos simultâneos no mesmo domingo.
- **Planejamento de Custos Operacionais:** Mapeamento das despesas da lida rústica, que envolvem frete de cavalos (média de R\$ 600,00 por animal), locação de palcos, toldos, segurança privada e cachês que orbitam entre R\$ 13 mil e R\$ 300 mil.

- **Regularização Jurídica Setorial:** Orientação aos grupos de cavalgada para a criação de estatutos, atas e documentos fiscais estruturados, permitindo o acesso às dotações municipais (a exemplo dos R\$ 6 mil repassados aos ternos de reis oficiais no ciclo natalino).
- **Salvaguarda do Terno de Reis e São Pedro:** Criação de ações de apoio financeiro e combate à intolerância para os grupos remanescentes e garantia de recursos para a Festa de São Pedro.

19 – Escuta Territorial do Distrito de Bate-Pé

Lideranças comunitárias e produtores rústicos relataram que as Festas de São Pedro e de São João na localidade enfrentam declínio ou extinção por falta de incentivo continuado e escassez de recursos do Tesouro Municipal. A plenária criticou o fomento sazonal da prefeitura, apontando que o envio de atrações em junho desconsidera o suporte logístico básico das bases rurais. A falta de estrutura física onera as comunidades locais, forçando os organizadores a realizarem eventos de arrecadação ou a utilizarem recursos próprios para manter as festividades.

A precariedade dos espaços públicos de lazer e esporte em Bate-Pé foi identificada como vetor de exclusão da juventude e perda da memória coletiva. A quadra poliesportiva municipal está sem cobertura, com calçamento quebrado e demarcações de vôlei, basquete e futsal apagadas. Denunciou-se também a vulnerabilidade ambiental da bacia rural por conta do avanço de loteamentos, o que provoca o soterramento de lagoas e compromete o ecossistema local.

A oitiva expôs barreiras de analfabetismo burocrático e exclusão digital que isolam a população do campo. Para mestres e reiseiros, as exigências de editais complexos, certidões e formulários virtuais nas plataformas da PNAB e da Lei Paulo Gustavo funcionam como impedimentos, sabotando o acesso às verbas do Fundo de Cultura.

A classe criticou a influência político-partidária e a concentração de auxílios na Casa da Cultura (associação privada centralizada), em detrimento de grupos independentes do interior. Diante do desgaste, organizadores de cavalgadas — manifestação que movimenta salões, barbeiros e o comércio de arreios — relataram que custos inviabilizam a sobrevivência das comitivas, isolando os artistas locais.

Encaminhamentos e Deliberações Aprovadas:

- **Suporte Logístico Estrutural:** Fornecimento regular pelo município de toldos, palcos seguros, tablados e banheiros químicos para os festejos tradicionais de base.
- **Reforma de Equipamento Esportivo:** Recuperação física da quadra poliesportiva distrital, incluindo cobertura, pavimentação e demarcações oficiais.
- **Preservação Ambiental e Hídrica:** Proteção de nascentes e tributários hídricos contra loteamentos imobiliários predatórios para resguardar a umidade do ar e as lagoas.

- **Regularização Jurídica do Fundo:** Exigência de abertura de CNPJ próprio para o Fundo Municipal de Cultura, extinguindo o modelo atual de conta misturada à conta única da prefeitura, visando eliminar a insegurança jurídica e riscos de bloqueios judiciais como o ocorrido em Ilhéus.
- **Revisão de Patrimônio Público:** Revisão jurídica da cessão histórica de 50% da titularidade de escrituras de imóveis públicos para associações privadas sem finalidade governamental clara.
- **Subsídio ao Transporte de Comitivas:** Criação de fomento para custear o transporte de animais das cavalgadas (média de R\$ 600,00 por cavalo) e conter o impacto de cachês inflacionados.

20 – Escuta Territorial do Distrito de Pradoso

A abertura dos trabalhos contou com um exercício de letramento estético e mediação cultural direcionado aos estudantes locais. A dinâmica revelou um cenário de esvaziamento informacional e exclusão da juventude rural: a maioria dos alunos informou que jamais acessou o Planetário Municipal ou visitou o complexo Glauber Rocha, o que evidencia a falta de infraestrutura que isola os povoados do campo. Como contraforça, a plenária registrou o protagonismo dos jovens Ramon e Pedro, que reestruturaram de forma autônoma o Terno de Reis "Memórias Resgatadas". O grupo, composto por integrantes de 3 a 62 anos, resgata toadas tradicionais a partir da memória oral das famílias.

Contudo, os ativistas criticaram a precariedade material e o déficit estrutural que afetam as expressões tradicionais do Pradoso. Foi denunciado o desaparecimento de memórias coletivas do distrito pela ausência de repositórios digitais públicos, citando nominalmente o sumiço de uma fita de acervo audiovisual com registros históricos do Terno de Reis, gravada por um cineasta falecido. A infraestrutura escolar também reflete essa fragilidade: a unidade de ensino local funciona em um prédio alugado, o que impede reformas físicas para abrigar atividades culturais fixas. Em decorrência disso, os instrumentais de fanfara e sopro encontram-se ociosos em depósitos por falta de espaço adequado e de professores de carreira.

A escuta em Pradoso desvelou o sufocamento financeiro e a precarização laboral que afetam os festejos populares locais, com destaque para a Festa de Santo Antônio, celebração realizada de forma contínua há cerca de 150 anos pela comunidade. Os produtores rústicos relataram a dificuldade econômica de arcar com os ritos tradicionais da lida tropeira e das cavalgadas. A plenária criticou o desequilíbrio orçamentário do São João municipal e o isolamento de projetos consolidados do terceiro setor — como o programa esportivo e cultural Braços Abertos (judô, teatro e percussão), mantido desde 2018 pela iniciativa privada (CBB) —, que sobrevive sem contrapartida ou parceria técnica com a municipalidade.

Encaminhamentos e Deliberações Aprovadas:

- **Criação de Repositórios Digitais públicos:** Implementação de ferramentas digitais para salvaguarda de acervos e memórias coletivas distritais.


- **Resolução do Entrave Escolar:** Articulação para dotar a unidade de ensino de espaço adequado ou sede própria, liberando e recuperando os instrumentos de fanfarra e sopro ociosos com a contratação de professores.
- **Financiamento da Lida Tropeira:** Apoio financeiro para o custeio de festas tradicionais que exigem a aquisição de gado — cotado em média a R\$ 5.000,00 por boi para a alimentação dos cavaleiros —, evitando rombos fiscais aos organizadores.
- **Descentralização Orçamentária do São João:** Antecipação do calendário oficial do São João municipal ou reserva exclusiva dos dois últimos dias de festejos para a zona rural, evitando o esvaziamento do público e do comércio do interior.
- **Segurança para Projetos de Mulheres:** Garantia de amparo institucional e segurança pública para conter o encerramento forçado de iniciativas de base, a exemplo do projeto de artes visuais e intervenção urbana "Pintando na Rua", coordenado pela ativista Raquel.
- **Inclusão Curricular de Matriz Afro:** Introdução de oficinas de trança afro e estética negra nas grades curriculares como política de reparação e combate ao racismo estrutural.
- **Integração do Terceiro Setor:** Estabelecimento de parcerias técnicas e contrapartidas municipais com projetos consolidados como o "Braços Abertos".

21 – Escuta Territorial do Distrito de Inhobim

A abertura das atividades reproduziu o cenário de exclusão cultural que afeta a infância e a juventude da zona rural do município. Durante a dinâmica de mediação estética, nenhum dos estudantes e crianças presentes soube nomear um filme realizado em Vitória da Conquista ou na Bahia, tampouco recordaram a narrativa de livros lidos ou identificaram manifestações tradicionais por seus nomes oficiais. A plenária desvelou que a juventude local desconhece o funcionamento e os horários do Planetário Municipal, evidenciando que os distritos permanecem isolados dos investimentos centrais de circulação artística.

A análise da infraestrutura comunitária de Inhobim expôs um quadro de carência de espaços de convivência civil. Relatou-se que a localidade carece de pontos de encontro formais ou praças com iluminação pública e segurança. Isso força os estudantes das turmas noturnas a ficarem aglomerados nas franjas das portas escolares ao final das aulas, às 21h30, dependendo de barraquinhas comerciais improvisadas para o lazer. Quando a unidade escolar entra em recesso, o distrito fica sem opções de convívio. Apesar de a comunidade abrigar talentos nas artes visuais, teatro, música e dança, essas expressões operam no anonimato por falta de canais institucionais de difusão.

A escuta escancarou o abismo entre o saber técnico-burocrático municipal e o saber prático-popular do campo. Para os fazedores tradicionais de Inhobim, a complexidade dos editais e a exigência de regularizações cadastrais eletrônicas operam



como ferramentas de exclusão socioespacial, mantendo a zona rural à margem dos repasses do Fundo Municipal de Cultura.

Encaminhamentos e Deliberações Aprovadas:


- **Construção de Espaços de Convivência:** Implantação de praça pública dotada de infraestrutura, jardins, iluminação e segurança para os jovens e estudantes do turno noturno após as 21h30.
- **Fomento Continuado à Cultura Distrital:** Criação de suporte financeiro e logístico para manifestações locais, como a "Cavalgada de Camilo" e a "Festa do Café" (realizada no mês de maio), eliminando a dependência exclusiva de autofinanciamento.
- **Descentralização e Apoio a Bibliotecas:** Institucionalização de auxílio financeiro municipal fixo para custeio de aluguel e manutenção de prateleiras de bibliotecas comunitárias rurais, revertendo casos de informalidade como o de uma artesã local que abriga o acervo na garagem de sua residência.
- **Apoio Logístico a Eventos Escolares:** Garantia de suporte logístico para a realização da tradicional "Festa das Mães", evento escolar que funciona como espaço de convívio social para as famílias de Inhobim.
- **Canais de Difusão:** Implementação de políticas públicas de fomento próprio e canais de comunicação para os talentos emergentes do distrito nas áreas de música, teatro, dança e artes visuais.


22 – Escuta Territorial do Distrito de Cabeceira da Jiboia

O diagnóstico situacional na Cabeceira da Jiboia evidenciou a assimetria de oportunidades que afeta o meio rural, cujos investimentos estatais costumam ficar concentrados na zona urbana central. Os moradores relataram escassez no acesso à fruição artística, isolando os talentos locais e os microfazedores no anonimato. Como contraforça, a comunidade destaca-se pela capacidade de auto-organização, mantendo ativa, de forma 100% independente e sem auxílio financeiro do município, uma biblioteca comunitária no distrito.

No campo das manifestações tradicionais, o São João local consolida mais de 30 anos de tradição, incluindo a atuação da quadrilha junina que se apresenta de forma ininterrupta todo dia 24 de junho há uma década e meia. A localidade conta também com a Festa da Bandeira e cortejos de Ternos de Reis. Contudo, os detentores desses saberes relataram que os instrumentos musicais sofrem desgaste, sem reposição. Da mesma forma, as carreatas e cavalgadas rurais enfrentam falta de suporte do erário municipal; sem recursos para custos de sonorização e locução, os organizadores financiam os eventos por patrocínio próprio ou venda de ingressos, sob risco de endividamento pessoal.

O modelo histórico de fomento baseado em pedidos de favores pessoais junto aos gabinetes foi criticado, defendendo-se a transição para editais impessoais administrados pelo Fundo Municipal de Cultura. Os participantes relataram, contudo, que a carência de formação técnica e o analfabetismo digital impedem as comitativas





rurais de acessarem os recursos da PNAB, que destina cerca de R\$ 2,5 milhões anuais ao município.

A centralidade do livro e da leitura na formação cidadã foi defendida como prioridade pedagógica. Relatos de ex-alunas que retornaram aos estudos após anos de exclusão evidenciaram o papel da biblioteca comunitária em fornecer livros físicos, atuando como mola de inclusão para afastar crianças e jovens do isolamento das telas de celulares.


Encaminhamentos e Deliberações Aprovadas:


- **Apoio Financeiro Continuado a Bibliotecas:** Exigência de que o poder público reconheça formalmente e forneça apoio orçamentário continuado para a manutenção e expansão de espaços de leitura na zona rural, periferias e condomínios do programa Minha Casa Minha Vida, superando verbas emergenciais pontuais.
- **Protocolo de Parceria e Projeto:** Registro do protocolo de entrega de uma carta técnica pela líder Juliana em defesa das bibliotecas e anúncio do projeto "Tambores de Reis" (vinculado ao edital 18-2025), a ser executado em parceria com a técnica Mércia Carvalho.
- **Reposição de Instrumental Técnico:** Criação de linha de fomento para a aquisição e reposição dos instrumentos musicais desgastados dos Ternos de Reis e grupos tradicionais.
- **Capacitação para Editais:** Implementação de oficinas presenciais de elaboração de projetos e inclusão digital para capacitar as comitativas rurais no acesso aos R\$ 2,5 milhões anuais da PNAB.
- **Subsídio para Sonorização e Locução:** Inclusão de apoio logístico para custear a estrutura de som de carreatas e cavalgadas rurais, eliminando o financiamento privado compulsório e os riscos de endividamento dos organizadores.

23 - Escuta Territorial do Ribeirão dos Paneleiros (Paneleiros Mongoió)

A análise situacional e o contexto comunitário do Ribeirão dos Paneleiros desvelaram um cenário de resistência identitária e severa exclusão material. A comunidade possui dupla certificação: quilombola, emitida em 2006 pela Fundação Palmares, e indígena, oficializada em 2024, após um processo de autodeclaração iniciado em 2002 e uma ação judicial em andamento desde 2012. Contudo, a falta de infraestrutura e de apoio governamental provocou um êxodo forçado de jovens para a cidade, reduzindo a população local de 85 para apenas 28 famílias.

A produção de panelas de barro, principal expressão cultural do território, encontra-se em risco de extinção, pois apenas duas pessoas dominam a técnica. O setor enfrenta a escassez de matéria-prima (barro) e de lenha, intensificada pelo cercamento dos territórios de coleta por fazendeiros da região. A carência de incentivos causou a perda de múltiplas manifestações tradicionais, como o terno de reis, a capoeira, o caruru, o maculelê, a Festa da Boquinha, o bumba meu boi e a lida das rezadeiras que cantavam em latim. Além disso, a tradição dos "caminhos de meia" (romaria para o






cruzeiro) e o manejo cultural de subsistência de suínos registram declínio por falta de transmissão geracional. Em contrapartida, a comunidade mantém ativos a igreja, o poço comunitário e a Festa de São Paulo, padroeiro local celebrado há 40 anos com três dias de peregrinação e mesa festiva.

As críticas estendem-se aos graves gargalos de infraestrutura. As estradas rurais encontram-se intransitáveis, impossibilitando deslocamentos básicos e atendimentos de emergência. O transporte coletivo opera em condições degradantes, com veículos sem freio, sujos e superlotados, apelidados pela comunidade de "monge". A linha de ônibus atende apenas três dias por semana (segundas, quartas e sextas-feiras), forçando moradores doentes a arcarem com até R\$ 500,00 semanais em transporte particular para tratamentos de saúde na zona urbana.

A desassistência educacional e de saúde foi severamente mapeada: a escola local foi removida para Pedra Branca, gerando rotas longas e perigosas de moto para as crianças, enquanto o posto de saúde local está abandonado e sem insumos, operando com consultas médicas a cada três meses e exames que chegam com dois anos de atraso. A localidade sofre ainda com o desabastecimento de água da Embasa, dependendo de uma nascente insuficiente após a interrupção do envio de caminhões-pipa pela Defesa Civil. Por fim, as lideranças denunciaram o isolamento político e o travamento de projetos aprovados de apicultura e panificação por omissão técnica municipal.

Encaminhamentos e Deliberações Aprovadas:

- **Salvaguarda das Culturas Tradicionais:** Inclusão de ações específicas no Plano Municipal de Cultura de 10 anos (elaborado pela primeira vez em 2026) para resgatar as panelas de barro, as rezadeiras com canto em latim, a capoeira, o terno de reis, o bumba meu boi e os caminhos de meia.
 - **Modelo de Educação Patrimonial:** Replicação do modelo de revitalização do Maculelê em ambiente escolar com o apoio de mestres idosos, conforme exemplo do povoado de Oliveira Santos.
 - **Rota de Turismo de Base Comunitária:** Criação de um roteiro turístico focado na confecção da panela de barro, condicionado à liberação de acesso à matéria-prima junto aos proprietários rurais e à recuperação viária.
 - **Fixação de Capital Humano:** Implementação de políticas de inserção profissional para reter na comunidade os jovens formados em nível superior (advogados, médica e professor) que hoje migram por falta de estrutura.
 - **Reconhecimento da Agricultura Familiar:** Consolidação da agricultura familiar como patrimônio cultural e econômico indispensável para a segurança alimentar do município.
 - **Regularização Viária, Hídrica e Tarifária:** Cascalhamento imediato das estradas, realocação física da caixa d'água comunitária ociosa para abastecer as famílias e fiscalização contra as tarifas abusivas do transporte coletivo (passagem a R\$ 22,00 por trecho e taxas de frete de R\$ 5,00 a R\$ 100,00 por volume).
- 

- **Governança de Projetos Paralisados:** Convocação de reuniões pela Secretaria de Cultura para definir cronogramas e cursos da padaria comunitária e envio de técnicos para capturar os enxames das caixas de abelha ociosas.
- **Canal do Conselho Municipal:** Utilização das reuniões mensais do Conselho de Cultura para protocolar pleitos e garantir retornos formais obrigatórios, em conformidade com os prazos da Conferência Municipal de Cultura e da consulta eletrônica por QR Code.

24 – Escuta Territorial do Bairro Urbis V (Território Zabelê)

A abertura das atividades de mediação estética com os estudantes locais expôs o isolamento e a carência cultural que afetam as periferias da cidade. Os moradores denunciaram que os eventos institucionais concentram-se de forma excludente no centro urbano, gerando falta de fruição no Zabelê. O diagnóstico revelou que a maioria dos jovens possui acesso restrito a telas de celulares e tablets, carecendo de oportunidades para praticar ou debater arte. A exclusão educacional foi ilustrada quando, ao serem indagados sobre produções nacionais, os alunos citaram o filme estrangeiro "Sonic 2", evidenciando carência de formação cinematográfica. Contudo, algumas alunas recordaram exposições escolares de clássicos como "Central do Brasil" — parcialmente filmado na vizinha Vila Serrana — e "Guerra de Canudos".

Foi lamentada a extinção do programa municipal "Cultura em Canto", iniciativa que mapeava talentos periféricos em música, desenho, capoeira e dança, mas que foi paralisada por falta de orçamento municipal para o custeio de estruturas básicas de som, palco, água e lanche. Os moradores relataram o colapso das oficinas voluntárias de dança mantidas no salão comunitário local por falta de verba para remunerar professores. A comunidade também pontuou o abandono do tradicional "São João dos Bairros", festividade folclórica de rua que foi descontinuada por gestões anteriores, afastando a juventude de suas referências identitárias.

Os artistas criticaram a invisibilização de ícones da memória coletiva local, apontando o descaso com o legado dos cantores cegos Canhoto e Canhotinho, bem como a trajetória do produtor cinematográfico popular "Gaguinho", cujos acervos e fitas foram ignorados pelo poder público. Em contrapartida, os moradores destacaram a longevidade de movimentos de resistência organizados pela sociedade civil, como o Presépio Vivo e a encenação da Paixão de Cristo. Ativistas denunciaram ainda o descumprimento sistemático da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que obriga a exibição mensal de duas horas de cinema nacional no ensino fundamental. O longa-metragem "Alice dos Anjos", rodado na cidade e atual matéria de referência para o vestibular da UESB, é ignorado pelas escolas da periferia.

Encaminhamentos e Deliberações Aprovadas:

- **Reativação de Programas Municipais:** Retomada do programa "Cultura em Canto" com orçamento garantido para custeio de som, palco, alimentação e logística nos bairros.
- **Resgate de Festividades de Rua:** Inclusão do "São João dos Bairros" no calendário oficial de eventos do município para descentralizar os festejos juninos.


- **Preservação e Resgate de Acervos:** Criação de linha de ação pública para salvar, catalogar e digitalizar as fitas raras de "Gaguinho" e a memória musical de Canhoto e Canhotinho.
- **Apoio a Movimentos da Sociedade Civil:** Garantia de fomento institucional e financeiro para proteger iniciativas históricas e independentes da comunidade, como o Presépio Vivo (há 37 anos na Catedral) e a Paixão de Cristo (ativa há mais de meio século no bairro).
- **Fiscalização do Cinema nas Escolas:** Criação de mecanismo de fiscalização junto à Secretaria de Educação para o cumprimento da LDB, garantindo a exibição mensal de duas horas de cinema nacional com foco em obras regionais como "Alice dos Anjos".
- **Fomento à Capoeira e Dignidade Laboral:** Garantia de fomento contínuo para a capoeira como pilar de combate ao racismo estrutural, assegurando a remuneração e a dignidade laboral dos mestres tradicionais frente à proliferação de academias particulares.
- **Remuneração de Oficinas Comunitárias:** Subsídio e auxílio financeiro para a remuneração de professores de dança e artes no salão comunitário do Zabelê.

25 – Escuta Territorial da Lagoa do Arroz (Comunidades Tradicionais)

O diagnóstico situacional na Lagoa do Arroz revelou a força de uma comunidade tradicional de raiz profunda, cujas famílias residem no território há gerações e manifestam o desejo de permanência na zona rural. A memória oral resgatou uma ancestralidade diaspórica, confirmando a herança consanguínea entre negros e indígenas originada do refúgio de povo Kamakã-Mongoió associados a africanos fugidos das lavras de Minas Gerais, Rio de Contas e Chapada Diamantina. Vitória da Conquista desponta com 33 comunidades remanescentes reconhecidas, constituindo um território com populações simultaneamente quilombolas e indígenas.

No entanto, esta herança simbólica contrasta com o cenário de exclusão material da localidade. Os moradores denunciaram que as salvaguardas de proteção a minorias previstas na Lei Orgânica do Município não são cumpridas, convivendo com a ausência de saneamento e água encanada, o que obriga a população a depender de carros-pipa e águas salobras de poços. No campo da fruição, a comunidade relatou que jamais recebeu projetos de cinema, teatro ou música externos. A própria escola municipal local opera sem atividades artísticas regulares e funciona de forma improvisada devido a reformas paralisadas.

A escuta desvelou o abismo burocrático e a assimetria informacional que isolam os fazedores tradicionais, que demonstraram desconhecimento sobre leis de fomento e editais públicos. A plenária apontou a falta de união entre as próprias comunidades rurais, gargalo que fragmenta a representatividade perante o Conselho de Cultura. Criticou-se também a omissão da prefeitura em prover infraestrutura básica para as cadeias produtivas locais. Registrou-se que a localidade recebeu maquinários industriais para a instalação de uma cooperativa de padaria comunitária, mas os equipamentos



encontram-se ociosos em depósitos porque o município não executou a obra do espaço físico.

Os realizadores criticaram a fragmentação interna do poder público, onde a Secretaria de Cultura se exime de responsabilidades sob a justificativa de que demandas de infraestrutura viária e transporte escapam ao seu escopo contábil. A comunidade relatou que a lida de base só acessa recursos por meio de pressões na imprensa, programas de rádio e audiências burocráticas nas secretarias centrais, rito que exige deslocamentos de alto custo.

Encaminhamentos e Deliberações Aprovadas:


- **Ativação da Padaria Comunitária:** Conclusão imediata da obra do espaço físico e financiamento de cursos de capacitação técnica para colocar em funcionamento os maquinários industriais ociosos no depósito.
- **Capacitação Jurídica e de Projetos:** Implementação de oficinas presenciais focadas no protagonismo de lideranças jovens para apropriação de CNPJs e escrita de projetos, visando transformar a cultura tradicional em indústria criativa e geração de renda.
- **Articulação Intersetorial Básica:** Encaminhamento de pleito conjunto do Conselho de Cultura para cumprimento das salvaguardas da Lei Orgânica, cobrando da Embasa o fornecimento de água encanada e saneamento.
- **Descentralização de Circulação Artística:** Inclusão compulsória do distrito nas rotas de circulação de projetos de cinema, teatro e música financiados por editais municipais e federais (PNAB).
- **Retomada da Infraestrutura Escolar:** Conclusão das reformas arrastadas da escola municipal e inserção de calendário cultural e artístico regular no plano pedagógico da unidade.

26 – Escuta Territorial do Distrito de Iguá

O diagnóstico situacional em Iguá revelou a longevidade da cultura popular tradicional do Sertão da Ressaca por meio do Terno de Reis do Iguá, que mantém atuação ininterrupta há aproximadamente 40 anos. Sob o comando do mestre Vivaldo, o reizado consolida uma herança hereditária: o mestre iniciou sua trajetória aos 7 anos de idade em um terno infantil e herdou a liderança de seu sogro, preservando as toadas regionais. Integrada a esse contexto, a senhora Convelha (esposa de Júlia de Marinho) ressaltou a dimensão cidadã da arte, associando o reizado e o convívio coletivo ao bem-estar na velhice.

Os detentores desses saberes criticaram a desassistência material por parte do poder público. O mestre Vivaldo denunciou que a ajuda de custo repassada pela prefeitura é insuficiente para garantir uma gratificação digna aos componentes do terno ou para custear a manutenção de indumentárias e instrumentos. O realizador relatou que a verba não cobre as despesas básicas de deslocamento, forçando o rateio de valores e o autofinanciamento para evitar a descontinuidade do grupo.





A oitiva em Iguá também apontou o isolamento burocrático e a invisibilidade de novos talentos e de iniciativas de base geridas por mulheres. A plenária colheu o depoimento da cantora e compositora Júlia (Júlia do Balé no Belém) que, após iniciar a trajetória na infância, atua profissionalmente há 6 meses com canções autorais e mídias digitais. Apesar de ter sido aprovada no Conservatório Municipal de Música para aulas de teclado, a artista opera sem auxílio financeiro ou suporte de divulgação institucional da prefeitura.


A interface entre as pastas de Cultura, Esporte e Educação foi defendida por mães e moradoras como mecanismo de inclusão social e mitigação da violência. Destacou-se a atuação do projeto social independente "Espaço Bem Viver", que oferece aulas voluntárias de Jiu-Jitsu para crianças, sobrevivendo sem contrapartidas governamentais. Por fim, registrou-se a atuação da professora de dança Silvia Doria (Estúdio Carol Doria) que, com 20 anos de atividade profissional, ministra oficinas de dança para meninas aos sábados no Iguá de forma restrita, financiada isoladamente por uma benfeitora local ("Tia G").


Encaminhamentos e Deliberações Aprovadas:

- **Fomento Continuado ao Reizado:** Instituição de um compromisso financeiro substancial e continuado para o Terno de Reis do Iguá, cobrindo integralmente as despesas de manutenção de indumentárias, instrumentos e logística de deslocamento.
- **Suporte e Divulgação de Novos Talentos:** Criação de canais de apoio financeiro, registro fiscal e divulgação institucional para novos artistas e realizadores autorais do distrito, integrando-os aos programas da Secretaria de Cultura e do Conservatório Municipal.
- **Parceria Técnica com o "Espaço Bem Viver":** Estabelecimento de contrapartida governamental e suporte técnico ao projeto social de Jiu-Jitsu para garantir sua sustentabilidade e expansão comunitária.
- **Contratação de Instrutores e Oficinas de Dança:** Contratação de instrutores de Zumba para a comunidade e formalização de parceria com a professora Silvia Doria para expandir e institucionalizar as oficinas de dança de sábado, eliminando a dependência de financiamento privado isolado.

27 – Escuta de Pontos de Cultura (Rede Cultura Viva)

A análise situacional da rede de Pontos de Cultura de Vitória da Conquista desvelou vulnerabilidade institucional e fragmentação da memória administrativa. O diagnóstico técnico evidenciou o acúmulo de mais de 60 leis culturais editadas no município desde 1950, que se encontram obsoletas e ineficazes perante a realidade contemporânea dos fazedores de cultura. A Lei do Patrimônio (década de 1990), por exemplo, só começou a ser efetivamente operada pelo Núcleo de Preservação entre 2024 e 2026, revelando o histórico abismo entre o planejamento e a prática fiscal. A precarização do censo cultural de 2019 também foi criticada, uma vez que a inconsistência metodológica gerou dados difusos, inviabilizando o cálculo de indicadores estratégicos de longo prazo.






O ponto de estrangulamento operacional do setor repousa na ausência de personalidade jurídica própria para o Fundo Municipal de Cultura, que atualmente atua como conta contábil subordinada ao CNPJ geral da prefeitura. Góis proferiu um alerta técnico: as diretrizes federais estabelecem que os repasses da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) serão transferidos obrigatoriamente de fundo a fundo. Caso Vitória da Conquista não regularize o CNPJ independente de seu Fundo Municipal até o prazo limite de 2027, o município sofrerá com o bloqueio automático de todas as verbas de fomento da União.

A escuta trouxe à tona o isolamento enfrentado por mestres de saberes rústicos, reiseiros e quilombolas da zona rural perante as plataformas digitais do Ministério da Cultura. A morosidade das instâncias federais para a emissão de certificações da Cultura Viva chega a travar os processos por até dois anos em filas de espera nacionais. Embora a PNAB tenha simplificado o fluxo ao descentralizar a pré-avaliação documental nos editais municipais — deixando para Brasília a homologação —, o analfabetismo digital e as linguagens herméticas dos certames funcionam como ferramentas de exclusão socioespacial.

A plenária repudiou o modelo que negligencia o monitoramento pós-aprovação dos projetos, denunciando que a burocracia asfixia o agente de base e transforma os processos em ritos cartoriais desprovidos de escuta de qualidade. Diante disso, o consultor resgatou sua experiência na Caixa Econômica Federal e no Conselho Nacional de Políticas Culturais para advertir sobre a necessidade de formalização escrita das demandas.

Encaminhamentos e Deliberações Aprovadas:

- **Regularização Jurídica do Fundo Municipal:** Abertura e regularização imediata de CNPJ independente e próprio para o Fundo Municipal de Cultura até o prazo limite de 2027, garantindo a recepção dos repasses federais de fundo a fundo da PNAB e evitando o bloqueio automático de verbas da União.
- **Revisão Legislativa Geral:** Consolidação e revisão das mais de 60 leis culturais editadas no município desde 1950 para atualizar marcos obsoletos e engavetados perante a realidade contemporânea.
- **Descentralização e Letramento Burocrático:** Estruturação dos Pontos de Cultura como uma rede de apoio mútuo e letramento burocrático de base para mitigar os efeitos do analfabetismo digital e das barreiras linguísticas de editais junto a reiseiros, quilombolas e mestres rústicos.
- **Aceleração de Certificações da Cultura Viva:** Apoio técnico do município na pré-avaliação e instrução documental de projetos locais, reduzindo o tempo de espera de até dois anos nas filas de homologação do Ministério da Cultura em Brasília.
- **Humanização e Monitoramento Pós-Aprovação:** Reformulação do modelo de monitoramento pós-aprovação de projetos, substituindo ritos exclusivamente burocráticos por processos de escuta qualitativa e acompanhamento empático dos agentes de base.



No dia 22 de abril de 2026, às 23h59, encerrou-se oficialmente o prazo regulamentar para a captação de dados da Consulta Pública Eletrônica do Plano Municipal de Cultura (PMC) de Vitória da Conquista. Disponibilizado na plataforma digital do Governo Municipal ao longo de trinta dias, o formulário estruturado com 25 perguntas científicas e 1.227 respondentes consolidou-se como uma ferramenta de governança colaborativa de amplo alcance, captando as percepções de públicos desterritorializados e de trabalhadores impedidos pelas rotinas do horário comercial. Sob a coordenação técnica da Cambuí Produções e em estrita observância à metodologia do Ministério da Cultura (MinC), a presente crônica estatística processa os dados finais amparados na transparência pública, oferecendo o diagnóstico quantitativo essencial para subsidiar as metas decenais (2026-2036) do Sistema Municipal de Cultura.

I. O Perfil Demográfico e a Concentração Territorial

A análise do banco de dados georreferenciado da escuta eletrônica revelou uma amostragem estatisticamente robusta, evidenciando uma nítida clivagem demográfica e socioespacial entre as diferentes zonas do município. No tocante ao gênero, o público feminino despontou na liderança do engajamento digital, representando a maioria das contribuições individuais enviadas à plataforma. A segmentação por faixa etária expôs um forte protagonismo da juventude universitária e de adultos em idade produtiva, com uma concentração predominante de respondentes situados na faixa dos 24 aos 36 anos, seguida por um estrato maduro estabilizado entre os 49 e 62 anos.

A esmagadora maioria absoluta dos formulários preenchidos emanou de agentes residentes na Zona Urbana, com destaque crítico para a Zona Leste, polarizada pelos bairros Candeias, Recreio e Boa Vista. Essa hiperconcentração justifica-se pelo fato de a Zona Leste abrigar o polo de educação superior e deter maior letramento midiático e infraestrutura de conectividade. Em contrapartida, os bairros populares da Zona Oeste — como o território do Zabelê e a Patagônia — e as comunidades tradicionais da Zona Rural registraram uma participação proporcionalmente inferior, reflexo direto das barreiras de exclusão digital e das dificuldades de acesso à rede que isolam as franjas periféricas.

II. O Gargalo do Financiamento Privado e a Dependência de Editais

As respostas estruturadas à pergunta central sobre a capacidade de sustentabilidade econômica desvelaram um cenário de extrema vulnerabilidade e dependência institucionalizada no município. Quando questionados se, além do poder público, conseguiam captar recursos via iniciativa privada ou venda direta de seus projetos artísticos em Vitória da Conquista, a resposta unânime e categórica dos agentes foi "NÃO". Esse indicador quantitativo atravessa de forma homogênea todos os recortes de gênero e idade, afetando tanto o jovem artesão da Patagônia quanto o produtor de novas mídias do Candeias.

O diagnóstico técnico comprova a imaturidade do mercado corporativo local e o profundo desconhecimento do empresariado sobre o retorno financeiro e social das leis de incentivo. O setor privado conquistense permanece alheio aos mecanismos de parcerias público-privadas (PPPs) e de renúncia fiscal, forçando a classe artística a uma dependência quase exclusiva das verbas públicas carimbadas. Esse marasmo econômico asfixia a autonomia dos realizadores independentes e reforça a urgência de que o PMC abandone o assistencialismo pontual, estruturando uma política perene de fomento que estimule o empreendedorismo cultural e discipline o mercado interno.






III. Letramento Burocrático e a Consciência dos Marcos Legais

Em contrapartida ao deserto de patrocínios privados, o formulário aferiu um dado altamente promissor no tocante ao nível de letramento político dos respondentes. Quando interpelados se possuíam conhecimento formal sobre as leis de incentivo e editais vigentes no município — citando nominalmente os mecanismos federais e emergenciais da Lei Paulo Gustavo, Lei Aldir Blanc ou certames locais —, a resposta predominante foi "SIM". Este índice de consciência legal obteve taxas de confirmação elevadíssimas entre os agentes de 36 a 62 anos residentes na Zona Leste e Zona Oeste.

Este resultado quantitativo valida o hercúleo esforço de letramento político e midiático promovido pelas plenárias itinerantes e pela atuação do Conselho nas plataformas digitais, convertendo a máquina participativa em fórum de resolução prático. Os fazedores de cultura conquistenses demonstram estar cientes de seus direitos constitucionais e dos pacotes de fomento disponíveis. Contudo, a equipe técnica alerta que esse conhecimento conceitual precisa ser transformado em capacidade operacional prática de escrita de projetos e prestação de contas fiscais, impedindo que a burocracia cartorial continue excluindo os mestres rústicos e os talentos periféricos da ponta.







ATA DA VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, no Centro de Cultura Camillo de Jesus Lima, em Vitória da Conquista – Bahia, foi realizada a VI Conferência Municipal de Cultura de Vitória da Conquista, promovida pela Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Cultura (Secult), em parceria com o Conselho Municipal de Cultura (CMC), tendo como tema central "Democracia e Direito à Cultura". A conferência teve início às oito horas com o credenciamento dos participantes, seguido de apresentação cultural do Grupo de Capoeira da ACENAC – Associação Cultural e Educacional Nossa Arte Capoeira, com o Mestre Redimunho. Às nove horas, ocorreu a apresentação musical com os artistas Alex Santos e Daniel Novais, marcando a abertura das atividades da manhã.

Na composição da mesa de honra estiveram presentes o Secretário Municipal de Cultura, senhor Alexandre Magno, representando a prefeita Sheila Lemos; o presidente da conferência e do CMC, senhor Washington Rodrigues; o vereador Subtenente Muniz, representando a Câmara Municipal; a coordenadora de Economia da Cultura da Secult e secretária executiva do conselho, senhora Maíza Leite; o coordenador de Projetos e Eventos Culturais, senhor Adriano Gama; o coordenador de Promoção da Igualdade Racial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, senhor Ricardo Alves; e o consultor da empresa Cambuí Produções Ltda., senhor Aléxis Góis. Também foram registradas as presenças de autoridades, representantes da sociedade civil, agentes culturais, artistas, produtores, conselheiros municipais, imprensa e demais participantes, totalizando cerca de cento e setenta pessoas credenciadas.

Durante a abertura oficial, destacou-se que o evento foi convocado com base na Lei Complementar nº 2.106/2016, que institui o Sistema Municipal de Cultura, tendo como objetivo discutir e deliberar diretrizes, metas e ações para o fortalecimento das políticas culturais locais, em diálogo com os planos estadual e nacional de cultura. Na sequência, fizeram uso da palavra o presidente do CMC, Washington Rodrigues; o vereador Subtenente Muniz; e o secretário municipal de Cultura, Alexandre Magno, que ressaltaram a importância da participação popular, o compromisso com a descentralização e a inclusão das periferias e distritos rurais, dando voz a talentos historicamente invisibilizados.







Posteriormente, foi realizada a leitura do Regimento Interno da conferência pelo presidente da mesa. Foram apresentados e discutidos os artigos regimentais que estabelecem as normas para a plenária final, a apresentação de moções e a realização das oitavas territoriais como etapa preparatória obrigatória, garantindo a escuta qualificada dos diversos segmentos culturais, incluindo artistas, produtores, agentes culturais, povos e comunidades tradicionais, coletivos culturais e demais interessados. As oitavas territoriais têm como finalidade identificar demandas, potencialidades e desafios do setor cultural nos territórios, promover o diálogo entre o poder público e a sociedade civil, subsidiar a formulação de propostas para a política cultural municipal e contribuir para a construção de diretrizes, metas e ações do Plano Municipal de Cultura, sendo a conferência municipal a instância máxima de validação das propostas oriundas dessas oitavas.

Durante os debates regimentais, manifestou-se a conselheira vice-presidente do CMC, Mariana, apresentando críticas à agilidade na socialização dos documentos preliminares gerados nas oitavas territoriais prévias à comunidade geral e aos Pontos de Cultura. A conselheira propôs e teve aprovação soberana da plenária para que se incluísse, no Eixo 2 (Fomento à Cultura), a obrigatoriedade de criação de políticas permanentes e editais específicos anuais voltados às Artes Cênicas, compreendendo de forma explícita o Teatro, a Dança e o Circo, de modo a descentralizar recursos públicos do Fundo Municipal de Cultura para garantir apoio à manutenção de coletivos, montagem e circulação de espetáculos em bairros e distritos rurais.

No regime de destaques ao regimento, foi submetida ao voto e aprovada por unanimidade a inclusão do Artigo 5º, estabelecendo a parametrização quantitativa de propostas por eixo estratégico que subsidiarão a redação final do Plano Municipal de Cultura. A plenária deliberou que, no universo de metas avaliadas por eixo, um número específico de propostas seria eleito como prioritário: no Eixo 1, vinte e sete metas avaliadas com nove prioridades aprovadas; no Eixo 2, vinte metas avaliadas com sete prioridades aprovadas; no Eixo 3, vinte e cinco metas avaliadas com oito prioridades aprovadas; no Eixo 4, vinte e quatro metas avaliadas com oito prioridades aprovadas; no Eixo 5, trinta e seis metas avaliadas com doze prioridades aprovadas; no Eixo 6, vinte e duas metas avaliadas com sete prioridades aprovadas; no Eixo 7, vinte e cinco metas avaliadas com oito prioridades aprovadas; e no Eixo 8, vinte e cinco metas avaliadas com oito prioridades aprovadas, totalizando sessenta e sete metas aprovadas para o plano decenal.







Durante a votação do regimento, manifestou-se o agente cultural Isomar, solicitando a inclusão explícita de termos que assegurassem a reparação histórica às populações tradicionais. O conselheiro ponderou que a cidade de Vitória da Conquista tem seu topônimo originado de um processo histórico de luta e resistência da população negra, razão pela qual se fazia necessária a inserção, no corpo do plano, de políticas específicas voltadas aos povos indígenas, comunidades quilombolas e à matriz africana. O presidente registrou o destaque e a plenária aprovou a inclusão, no Eixo 3 (Patrimônio e Memória), de metas que contemplam a proteção, valorização e reparação dessas comunidades, reconhecendo a história de luta do povo preto e a importância da memória africana e indígena na formação da identidade cultural conquistense.

Aisamaque Marques, representando a Conquista Play e associado da SASB, levantou questão quanto à redação do Artigo 6º, parágrafo único, sobre a composição da comissão organizadora, questionando o tempo verbal utilizado e sugerindo a possibilidade de substituição de membros por eventualidades futuras. O presidente Washington Rodrigues esclareceu que a comissão organizadora tem caráter estritamente temporário, servindo exclusivamente para os trabalhos da conferência, de modo que, encerrado o evento, a comissão se dissolve, não havendo qualquer perpetuação de membros. Diante do esclarecimento, o delegado concordou com a manutenção da redação original.


O consultor Aléxis Góis prestou esclarecimentos metodológicos à plenária, informando que as metas estão desdobradas em ações e que é permitida a alteração de redação desde que não se modifique o escopo das propostas. O consultor afirmou dispor da tabulação completa de todas as escutas territoriais, com transcrições e áudios, e que a Secretaria Municipal de Cultura tem acesso a esse repositório desde agosto do ano anterior, podendo verificar e incluir propostas que tenham sido debatidas nas oitivas e que porventura não tenham sido refletidas no documento consolidado. Ficou estabelecido que não seriam admitidas novas propostas inéditas, mas que ajustes de redação e inclusões de propostas já discutidas nas etapas preparatórias seriam plenamente aceitos, desde que devidamente rastreadas e comprovadas.






Na sequência, o consultor Aléxis Góis proferiu a palestra magna sobre o Plano Municipal de Cultura, detalhando o percurso metodológico de diagnóstico baseado em dois pilares de coleta. No primeiro pilar, denominado Coleta Indireta e Memória Institucional, foi realizado levantamento bibliográfico minucioso composto pela análise de legislações e posturas do município de 1930 a 2026, relatórios e execuções orçamentárias de 2009 a 2025, atas históricas das últimas quatro gestões do Conselho Municipal de Cultura e de conferências anteriores, além do mapeamento de cento e vinte e oito estudos acadêmicos, teses e dissertações sobre a cultura conquistense. Foram expostos os dados de execução dos recursos federais das leis emergenciais e de fomento, bem como a captação ativa por meio do banco de dados de agentes. No segundo pilar, denominado Coleta Direta e Escuta Ativa, o processo participativo envolveu escutas setoriais, territoriais, percorrendo bairros e os distritos rurais centrais e periféricos de Inhobim, Cabeceira do Jiboia e Iguá, além dos povoados de Ribeirão dos Paneleiros, Batalha e Lagoa do Arroz, bem como uma consulta pública eletrônica, mobilizando mais de novecentas pessoas e gerando entre seis mil e sete mil contribuições diretas.

O consultor apresentou a modelagem do diagnóstico do município estruturada por meio de uma matriz de Análise SWOT, evidenciando as fraquezas internas, como a inefetividade institucional decorrente do atraso histórico na aprovação do PMC, o Fundo Municipal de Cultura operando sem CNPJ próprio, o descumprimento sistemático do teto legal de repasses orçamentários, a fragilidade na gestão com apenas dois servidores concursados na pasta e a severa concentração territorial do fomento, onde quarenta e dois por cento dos agentes declararam desconhecer os mecanismos básicos das leis de incentivo. No patrimônio, registrou-se apenas dois tombamentos formais em trinta anos e subutilização de casarões históricos. Na infraestrutura, setenta e um por cento da população periférica apontou ausência total de equipamentos culturais em seus bairros. Como oportunidades externas, foram apontados o alinhamento com as transferências federativas continuadas da PNAB e o novo Plano Nacional de Cultura, as parcerias estratégicas para formação técnica e incubação com a UESB, IFBA, SEBRAE, SESC e SENAC, o uso de softwares livres e dados abertos para o SMIC, e o fortalecimento de ativos econômicos locais, como o pleito da Indicação Geográfica para os Biscoitos e do Café do Planalto, atrelados ao afroturismo e rotas gastronômicas. Como ameaças externas, foram apontados o descrédito e esvaziamento da participação social caso os novos instrumentos falhem, a descontinuidade política em trocas de gestão, as pressões imobiliárias sobre o patrimônio edificado e destruição de lugares de memória natural, especialmente a Serra do Periperi, e a perda de acervos privados e públicos por falta de preservação digital.






Concluindo a exposição, o palestrante demonstrou o encadeamento lógico de coerência exigido pela metodologia do Ministério da Cultura, no qual cada Ação Executiva deve viabilizar uma meta mensurável, que materializa o objetivo estratégico, o qual, por sua vez, concretiza a diretriz filosófica estabelecida. Foi apresentada a estrutura global do plano, desenhada com 10 princípios, 10 diretrizes, 6 transversalidades, 8 eixos estratégicos e 24 objetivos estratégicos, contendo originalmente 204 metas propostas e mais de 850 ações operacionais. O consultor apontou que, embora a estimativa para a execução completa das demandas iniciais totalizasse aproximadamente R\$ 350 milhões, a realidade da disponibilidade orçamentária municipal projeta cerca de R\$ 150 milhões garantidos ao longo dos 10 anos de vigência do plano. Diante disso, orientou que a missão da conferência seria depurar e consolidar esse estoque no bloco final de 67 metas aprovadas e cerca de 200 a 280 ações financeiramente viáveis, com foco prioritário na descentralização territorial, no fortalecimento do patrimônio e na simplificação dos editais públicos.


Dando continuidade aos trabalhos, os participantes foram divididos em grupos de trabalho organizados nos oito eixos temáticos, quais sejam: Gestão e Participação Social; Fomento à Cultura; Patrimônio e Memória; Formação; Infraestrutura, Equipamentos e Espaços Culturais; Economia Criativa, Trabalho, Emprego, Renda e Proteção Social; Cultura, Bem Viver e Ação Climática; e Cultura Digital e Direitos Digitais. Os grupos contaram com mediação de convidados e representantes da área cultural, responsáveis pela condução dos debates e sistematização das propostas.

A Conferência fez uma pausa para o horário do almoço e retornou no período da tarde, quando os grupos de trabalho realizaram a votação das propostas discutidas, elegendo metas prioritárias e recomendadas para cada eixo temático. A plenária final homologou a parametrização quantitativa das metas prioritárias por eixo, fixando o plano final em sessenta e sete metas deliberadas pela sociedade civil e pelo poder público, com as seguintes especificações por eixo:

EIXO 1 – GESTÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Metas Prioritárias aprovadas:

1. Plano Municipal de Cultura (PMC) aprovado em Lei e em execução monitorada por Sistema de Monitoramento e Avaliação Participativa do Plano Municipal de Cultura.
 2. Fundo Municipal de Cultura (FMC) plenamente operacional, capitalizado e com gestão compartilhada.
 3. Conselho Municipal de Cultura (CMC) reformado, territorializado, autônomo, com mais cadeiras de segmentos artísticos e sem cooptação.
 4. Conferência Municipal de Cultura (ConfeMC) regular, descentralizada e resolutiva.
- 

- 
5. Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC) implementado, integrado e acessível.
 6. Fundação Municipal de Cultura instituída como novo modelo de gestão.
 7. Fortalecimento da participação de crianças e adolescentes na gestão cultural.
 8. Programa de Fortalecimento da Memória Institucional da Cultura implementado com política de acervo e memória digital da gestão cultural.


Metas Recomendadas aprovadas:

9. Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e Fundo (FUMTUR) operacionais e articulados com a Cultura.
10. Observatório Municipal de Cultura criado como ferramenta de gestão do conhecimento.
11. Arcabouço Jurídico da Cultura consolidado, modernizado e alinhado ao Marco Regulatório Federal.
12. Estrutura de Governança Participativa em Rede: Câmaras Setoriais e Fóruns Territoriais implantados.
13. Programa de Profissionalização da Gestão Cultural Pública: Carreira de Estado.
14. Centro de Referência dos Conselhos de Cultura (“Casa dos Conselhos”) implantado.
15. Comissão Permanente de Comunicação do CMC criada, atuante e com estratégia multiplataforma.
16. Banco de Dados de Agentes Culturais para convocação ativa e comunicação eficaz.
17. Frente Parlamentar Mista de Apoio à Cultura na Câmara Municipal criada e atuante.
18. Mecanismo de Escuta Permanente e Devolutiva Social instituído e em funcionamento.
19. Política de Comunicação e Transparência Ativa da Secretaria Municipal de Cultura (Secult) e do CMC consolidada.
20. Avaliação de impacto das políticas de fomento e gestão.
21. Programa de Integridade e Compliance na Gestão Cultural.
22. Programa de intercâmbio de gestores e conselheiros.
23. Criação da Rede de Gestores Culturais do Território de Identidade.

EIXO 2 – FOMENTO À CULTURA

Metas Prioritárias aprovadas:

1. Editais setoriais anuais publicados de forma contínua e previsível.
- 


- 
2. Incentivos fiscais à cultura regulamentados e em operação.
 3. Desburocratização e simplificação do acesso aos editais.
 4. Fomento ao livro e à leitura.
 5. Fomento a projetos de memória e patrimônio cultural.
 6. Fomento às artes cênicas.


Metas Recomendadas aprovadas:

7. Editais específicos para segmentos sub-representados e culturas populares.
8. Mecanismo de credenciamento para demandas espontâneas e contratações de artistas locais.
9. Política de regionalização da produção cultural implementada e fiscalizada.
10. Orçamento do Plano Plurianual de Cultura (PPA) para fomento à cultura executado com transparência e critérios técnicos.
11. Política Municipal de Cultura Viva e fortalecimento dos Pontos de Cultura.
12. Combate à concentração de recursos e aprimoramento dos mecanismos de controle nos editais.
13. Descentralização territorial do fomento para distritos e periferias.
14. Fomento específico para o setor audiovisual.
15. Fomento à economia criativa e cadeias produtivas da cultura.
16. Fomento à formação, profissionalização e empreendedorismo cultural.
17. Fomento à cultura na educação e formação de plateia.
18. Transparência e devolutiva qualificada nos processos seletivos de editais.
19. Fortalecimento da captação de recursos e parcerias.

EIXO 3 – PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

Metas Prioritárias aprovadas:

1. Núcleo de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural estruturado e plenamente operacional.
 2. Nova Lei Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural aprovada e regulamentada com previsão de Inventário e Registro formal nos livros competentes.
 3. Rede Municipal de Museus articulada, com novos museus criados e em funcionamento.
 4. Cinemateca do Sudoeste Baiano criada na Casa Glauber Rocha e acervo audiovisual preservado.
- 


- 
5. Arquivo Público Municipal modernizado, digitalizado e vinculado à Secretaria de Cultura, com gestão compartilhada com a Secretaria Municipal de Gestão e Inovação.
 6. Programa de Educação Patrimonial implementado nas escolas e comunidades.
 7. Programa de proteção, valorização e reparação das comunidades quilombolas e indígenas.
 8. Criação do Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural (FUMPAC).

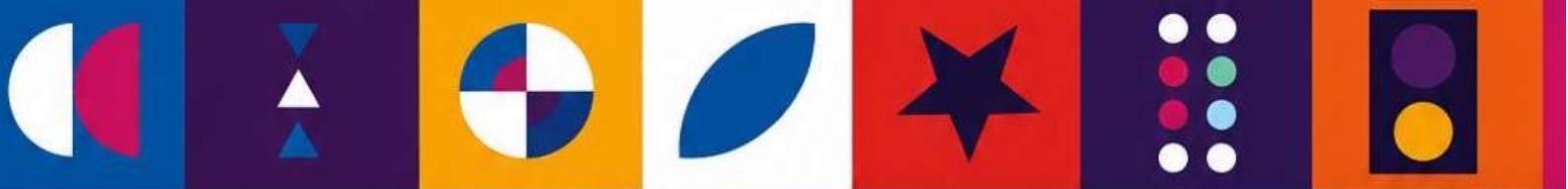
Metas Recomendadas aprovadas:

9. Bens culturais em risco iminente e de relevância histórica, tombados e protegidos.
10. Programa Municipal de Arqueologia Preventiva e de Pesquisa instituído.
11. Imunidade tributária para terreiros garantida e operacionalizada com justiça e respeito.
12. Programa “Conquista, Território da Diversidade” para valorização da pluralidade de crenças.
13. Programa “Memórias do Brincar” para salvaguarda das brincadeiras tradicionais.
14. Sistema de Sinalização e Interpretação do Patrimônio implantado em toda a cidade.
15. Programa de salvaguarda e fomento aos Ternos de Reis, Folias e demais manifestações tradicionais.
16. Programa de preservação e valorização do patrimônio natural e paisagístico.
17. Programa de valorização da memória de personalidades e artistas locais.
18. Proteção e valorização da arquitetura moderna e contemporânea.
19. Preservação e valorização dos Cemitérios Históricos como lugares de memória.
20. Programa de preservação da memória do ciclo do café e do patrimônio rural.
21. Plano de Comunicação e Participação Social para a Gestão do Patrimônio.

EIXO 4 – FORMAÇÃO

Metas Prioritárias aprovadas:

1. Programa Municipal de Formação na Área da Cultura (PROMFAC) implementado.
 2. Construção e expansão do Conservatório Municipal de Música.
 3. Escola Livre de Artes municipal criada e em funcionamento.
 4. Formação em Audiovisual e Cinema na rede municipal e comunidades.
 5. Formação em Literatura, Leitura e Escrita Criativa.
- 


- 
6. Formação técnica e profissionalizante em cultura, economia criativa, Lutheria e Ofícios Tradicionais.
 7. Formação em Culturas Populares, Afro-Brasileiras, Indígenas, Artes Urbanas (Hip-Hop, Grafite, Tatuagem) e Juventude.
 8. Formação para Agentes Culturais e Produtores.


Metas Recomendadas aprovadas:

9. Metas do Plano Municipal de Educação (PME) relativas à cultura cumpridas.
10. Programa de reativação e fomento às Fanfarras e Filarmônicas Escolares.
11. Programa “Mestres da Cultura na Escola” e “Bolsa Mestre dos Saberes”.
12. Programa “A Escola Vive a Cultura” (formação de público e mediação).
13. Formação continuada de professores em arte, cultura e patrimônio.
14. Formação em Patrimônio e Memória para a comunidade.
15. Formação em Circo e Artes Itinerantes.
16. Formação em Arte-Educação e contratação de profissionais.
17. Salas de Leitura em Conjuntos Minha Casa Minha Vida dinamizadas.
18. Formação para Primeira Infância (0-6 anos).
19. Intercâmbio, Residências Artísticas e Circulação.
20. Acessibilidade e Inclusão na Formação Cultural.
21. Formação em Gestão de Espaços e Equipamentos Culturais.
22. Formação para a Cidadania e Cultura de Paz.


EIXO 5 – INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS CULTURAIS

Metas Prioritárias aprovadas:

1. Sistema Municipal de Equipamentos Culturais (SMEC) implementado e em operação.
 2. Sistema Municipal de Bibliotecas Públicas, Escolares e Comunitárias com Biblioteca Municipal José de Sá Nunes transferida para local central e modernizada.
 3. Teatro Municipal Carlos Jehovah e Mercado de Artesanato requalificados com projetos arquitetônicos responsivos à historicidade das edificações, suas materialidades e técnicas construtivas.
 4. Cine Madrigal requalificado com projeto arquitetônico responsivo à historicidade da edificação, sua materialidade e técnicas construtivas.
- 

- 
5. Casa Glauber Rocha requalificada com projeto arquitetônico responsivo à historicidade da edificação, sua materialidade e técnicas construtivas, e transformada em Museu Casa Glauber Rocha e Cinemateca.
 6. Praça da Juventude revitalizada e Reserva do Poço Escuro com infraestrutura de visitação e educação ambiental, formando um complexo.
 7. Centro de Convenções e Eventos construído no espaço do antigo aeroporto.
 8. Solar dos Ferraz reaberto e acessível, com projeto arquitetônico responsivo à historicidade da edificação, sua materialidade e técnicas construtivas.
 9. Centro Cultural Glauber Rocha requalificado, com a implantação de um Teatro Municipal da Zona Oeste.
 10. Carreta da Cultura com plano de manutenção, agenda regular e uso descentralizado.
 11. Centros Culturais de Bairro construídos e/ou requalificados nos territórios periféricos e espaços multiuso nos distritos rurais construídos ou adequados.
 12. Museu da Capoeira e praças adequadas para rodas de capoeira implantadas em pontos estratégicos da cidade e Programa “Ruas do Lazer” implementado de forma sistemática.

Metas Recomendadas aprovadas:

13. Polo Cinematográfico e Estúdios Públicos implantados na antiga “pirâmide” do Zabelê.
 14. Cristo de Mário Cravo revitalizado e com agenda cultural regular.
 15. Museu da Música implantado na Praça Orlando Leite.
 16. Museu Cajaíba restaurado, organizado e com plano de visitação.
 17. Museu de Arte Moderna criado na Avenida Olívia Flores.
 18. Museu da Lagoa das Bateias criado.
 19. Museu do Tropeiro (Casa do Tropeiro) implantado.
 20. Memorial da Música fortalecido e com apoio institucional.
 21. Memorial Régis Pacheco reformado e adaptado para exposições e eventos.
 22. Praça Tancredo Neves qualificada e com programação cultural regular.
 23. Parque Municipal Lagoa das Bateias requalificado e com programação cultural.
 24. Parque Municipal da Serra do Periperi implantado com Circuito Integrado de Parques Urbanos.
 25. CEASA e Feiras Livres valorizadas como patrimônio cultural e espaços de convivência.
 26. CEU das Artes J. Murilo com programação cultural.
- 

27. Complexo Cultural na antiga área da FUNASA (Av. Olívia Flores) implantado.

28. Auditório do CEMAE transformado em espaço cultural.


EIXO 6 – ECONOMIA CRIATIVA, TRABALHO, EMPREGO, RENDA E PROTEÇÃO SOCIAL

Metas Prioritárias aprovadas:

1. Indicação Geográfica (IG) para os Biscoitos de Vitória da Conquista obtida e cadeia produtiva fortalecida.
2. Indicação de Procedência (IP) ou Denominação de Origem (DO) para o Café do Planalto de Vitória da Conquista pleiteada.
3. Centro de Referência do Artesanato de Vitória da Conquista criado e em funcionamento.
4. Programa de Formalização e Fortalecimento de Empreendedores Criativos.
5. Incentivos Fiscais à Economia Criativa regulamentados e em operação.
6. Apoio à criação e fortalecimento de Cooperativas e Associações de artesãos, biscoiteiras, músicos e produtores culturais.
7. Linha de Microcrédito Cultural em parceria com bancos públicos e cooperativas de crédito.

Metas Recomendadas aprovadas:

8. Turismo Cultural de Base Comunitária estruturado e em operação.
9. Estúdio Público de Gravação Musical e Audiovisual implantado.
10. Polo de Economia Criativa e Inovação implantado na antiga “pirâmide” do Zabelê.
11. Feira Gastronômica e Cultural de Vitória da Conquista realizada mensalmente.
12. Festival de Inovação e Economia Criativa realizado anualmente.
13. Fortalecimento das Feiras Livres e Mercados Populares como espaços de economia criativa e cultural.
14. Fomento à Cadeia Produtiva da Música (produção, distribuição, circulação).
15. Programa de Capacitação em Gestão de Negócios Criativos.
16. Programa Jovem Aprendiz Cultural e Estágios em Economia Criativa.
17. Apoio à produção e comercialização do artesanato com identidade local.
18. Fomento à Gastronomia Regional como vetor econômico e turístico.
19. Apoio à Economia Solidária e Criativa nos bairros e distritos.
20. Parque Tecnológico e Criativo articulado com universidades e setor produtivo.


- 
21. Programa de Qualificação para o Turismo Cultural e Receptivo.
 22. Banco de Projetos e Captação de Recursos para a Economia Criativa.

EIXO 7 – CULTURA, BEM VIVER E AÇÃO CLIMÁTICA

Metas Prioritárias aprovadas:

1. Circuito Integrado de Parques Urbanos implementado com trilhas, sinalização, infraestrutura de lazer, educação ambiental, turismo ecológico e cultural sustentável, com gestão participativa.
2. Programa “Cultura de Paz e Convivência”, com ações de salvaguarda dos conhecimentos tradicionais, saúde integrada, cultura, educação e cidadania ambiental em diálogo com a cultura.
3. Selo “Conquista Sustentável” para empreendimentos e eventos culturais com boas práticas ambientais.
4. Programa de Observação de Aves (Birdwatching) como vetor de turismo ecológico e cultural.
5. Campanha Permanente de Combate à Especulação Imobiliária e Defesa do Patrimônio Natural.
6. Programa de Educação e Cidadania integrado a saberes tradicionais e científicos na gestão ambiental vinculados à cultura.
7. Programa de Recuperação, Mapeamento e Proteção de Nascentes e Olhos d’Água Urbanos e Rurais.
8. Criação do Jardim Botânico de Vitória da Conquista com a inserção do “Agentes Ambientais Culturais”.

Metas Recomendadas aprovadas:

9. Projeto Viva o Verruga executado com despoluição, parque linear.
 10. Programa de Fortalecimento da Agricultura Urbana, Periurbana e Agroecologia com interface cultural.
 11. Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos com componente cultural e educativo.
 12. Plano Municipal de Adaptação às Mudanças Climáticas com componente cultural.
 13. Programa de Formação de Condutores de Visitantes e Guias de Turismo Ecológico e Cultural.
 14. Criação do Conselho Gestor do Parque Municipal da Serra do Periperi com participação comunitária.
- 





EIXO 8 – CULTURA DIGITAL E DIREITOS DIGITAIS

Metas Prioritárias aprovadas:

1. Cobertura de internet banda larga e Wi-Fi gratuito ampliados para todos os equipamentos culturais, sítios de interesse turístico, zonas rurais e periferias, com prioridade para equipamentos culturais.
2. Editais de fomento a projetos de cultura digital lançados anualmente.
3. Plataformas de streaming reconhecidas como equipamentos culturais digitais na legislação municipal.
4. Política de preservação digital e segurança de dados culturais implementada.
5. Programa de Fomento a Games e Inovação Tecnológica Cultural.
6. Plataforma colaborativa de streaming da cultura conquistense (Conquista Play).

Metas Recomendadas aprovadas:

7. Portal da Cultura Conquistense criado como plataforma digital integrada.
 8. Acervos culturais do município digitalizados e disponibilizados online em repositório público.
 9. Aplicativo mobile “Conquista Cultural” desenvolvido e em operação.
 10. Programa Municipal de Inclusão Digital Cultural implementado.
 11. Mapa Cultural Interativo e Georreferenciamento do Patrimônio implantados.
 12. Banco de Imagens e Vídeos da Cultura Conquistense criado e disponibilizado publicamente.
 13. Plataforma de Transparência e Dados Abertos da Cultura implementada.
 14. Programa de Formação de Jovens em Produção de Conteúdo Digital.
 15. Acessibilidade digital garantida em todos os equipamentos, plataformas e conteúdos culturais públicos.
 16. Cultura digital integrada ao currículo da educação básica municipal.
 17. Tecnologias imersivas (Realidade Aumentada e Virtual) aplicadas ao patrimônio cultural e turístico.
 18. Rádios comunitárias e mídias livres apoiadas e fortalecidas como equipamentos de cultura digital.
 19. Plano Municipal de Cultura Digital e Inovação elaborado participativamente e em execução.
 20. Observatório de Dados Culturais Abertos e Inteligência Artificial para a Cultura.
 21. Programa de Alfabetização Midiática e Combate à Desinformação Cultural.
- 



as pessoas. Também denunciamos a ausência de estrutura mínima, como oferta de água, alimentação e organização adequada do espaço para os debates, além do tempo insuficiente para leitura, discussão e aprovação das propostas, o que fragilizou o caráter democrático do processo. Tais condições demonstram desrespeito às pessoas que se dedicaram às diversas etapas de construção do PMC. Reafirmamos que a participação social exige condições reais, dignas e inclusivas.

Vitória da Conquista (BA) / Sertão da Ressaca, 05 de maio de 2026. Juliana S. de A. Brito

ANEXO II – CARTA ABERTA DE RECONHECIMENTO

O Ponto de Cultura Biblioteca Comunitária Donaraça, por meio de sua representação na VI Conferência Municipal de Cultura de Vitória da Conquista (BA), realizada em 05 de maio de 2026, vem a público manifestar seu reconhecimento e aplauso ao consultor Alex Gois pela condução comprometida, sensível e tecnicamente qualificada do processo de elaboração do Plano Municipal de Cultura (PMC).

Destacamos sua capacidade de diálogo, escuta ativa das diversas expressões culturais do município e sistematização responsável das contribuições construídas ao longo das etapas participativas, elementos fundamentais para o fortalecimento deste importante instrumento de política pública.

Registramos também nosso reconhecimento e aplauso a Maísa Leite, representante do Conselho Municipal de Cultura (CMC) e da Secretaria Municipal de Cultura (SECULT), pela relevante atuação como mediadora do processo, contribuindo de forma ética, articulada e comprometida com o fortalecimento da participação social e da construção coletiva do Plano.

O Ponto de Cultura Biblioteca Comunitária Donaraça reafirma a importância de processos colaborativos e democráticos na formulação das políticas culturais, reconhecendo o valor do trabalho técnico e da mediação institucional qualificada.

Por fim, destacamos que o Plano Municipal de Cultura constitui parte de um processo contínuo de construção coletiva, que, por estar inserido em um contexto social, institucional e político específico, apresenta limites e desafios, devendo ser permanentemente acompanhado, aperfeiçoado e fortalecido, de modo a garantir sua efetividade e aderência às realidades culturais do município.

Nesse sentido, expressamos votos de que as eventuais fragilidades e falhas apontadas durante a Conferência — inclusive aquelas registradas em moções apresentadas no plenário — possam ser devidamente analisadas e corrigidas pela Secretaria Municipal de Cultura (SECULT), com vistas ao aprimoramento dos próximos processos e ao fortalecimento da participação social, assegurando o reconhecimento e a valorização dos diversos agentes culturais que constroem cotidianamente as políticas culturais em suas múltiplas dimensões.

Vitória da Conquista (BA) / Sertão da Ressaca, 05 de maio de 2026.

Ponto de Cultura Biblioteca Comunitária Donaraça





CONSIDERAÇÕES FINAIS

A capilaridade do esforço de escuta, que percorreu os quatro quadrantes do município, desde o núcleo urbano central até os distritos rurais mais distantes, revelou a complexidade e a vitalidade do ecossistema cultural conquistense. Entre os achados mais relevantes, destaca-se a percepção unânime de que a cultura local vive um paradoxo: ao mesmo tempo em que é reconhecida como vetor de identidade e desenvolvimento, sofre com a crônica descontinuidade de políticas públicas e com a hiperconcentração de recursos em eventos sazonais de caráter mercadológico. As escutas revelaram que a produção artística de base — especialmente nas periferias urbanas e na zona rural — opera em regime de precarização extrema, com artistas e fazedores de cultura dependendo de favores pessoais, emendas parlamentares esporádicas e editais genéricos que desconsideram as especificidades de cada linguagem.

O diagnóstico territorial evidenciou a persistência de uma segregação socioespacial que se traduz em "desertos culturais" nas áreas periféricas e rurais. Enquanto a Zona Leste, polarizada pelo polo universitário, concentra proponentes e aprovações em editais, a Zona Oeste e os distritos rurais permanecem à margem dos fluxos de fomento, isolados por barreiras digitais, burocráticas e logísticas. Essa assimetria não é natural nem acidental: é o resultado histórico de uma política que privilegiou o centro em detrimento das bordas, o espetáculo em detrimento do cotidiano, o grande evento em detrimento do fazer permanente.


As comunidades tradicionais — quilombolas, indígenas, de terreiro, reiseiras e cavaleiras — trouxeram à tona a urgência de reparação histórica. O reconhecimento de que Vitória da Conquista abriga 33 comunidades certificadas pela Fundação Palmares e mais de duzentos terreiros de matriz africana impõe ao plano metas transversais de combate ao racismo institucional, ao racismo religioso e à invisibilização de saberes ancestrais. A voz dessas comunidades ecoou com força nas escutas, denunciando agressões físicas, cerceamento de manifestações e a ausência de políticas de proteção que garantam o livre exercício de sua fé e de sua cultura.


A dimensão da acessibilidade universal também emergiu como compromisso inegociável. As pessoas com deficiência, que representam 7,4% da população conquistense, demandaram eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais nos equipamentos culturais, bem como a inclusão de Libras, audiodescrição e Braille nos editais e nas programações.

II. Avanços Metodológicos do Processo Participativo

O desenho metodológico adotado neste processo constitui, em si mesmo, uma inovação institucional. Ao combinar escutas setoriais e territoriais presenciais com uma consulta pública eletrônica de amplo alcance, a Secretaria Municipal de Cultura, em parceria com o Conselho Municipal de Cultura e a consultoria da Cambuí Produções, logrou romper com o modelo tradicional de planejamento restrito aos gabinetes.

A itinerância das escutas, que deslocou as equipes técnicas para associações comunitárias, escolas rurais, terreiros e sedes quilombolas, representou um esforço





concreto de descentralização. Esse movimento não apenas ampliou a participação, mas também qualificou o diagnóstico, ao captar as realidades específicas de cada território em seu próprio ambiente. A presença da "Carreta da Cultura" como equipamento móvel de apoio logístico e de mediação cultural em diversas localidades rurais demonstrou a potencialidade de se levar o Estado até o cidadão, em vez de exigir que o cidadão se desloque até o centro do poder.

A consulta pública eletrônica ampliou o espectro da participação para além dos limites geográficos e horários das reuniões presenciais. A segmentação etária e de gênero revelou o protagonismo do público feminino e da juventude universitária, indicando caminhos para futuras estratégias de engajamento. Contudo, a própria concentração territorial das respostas — com forte predominância da Zona Leste — serviu como alerta sobre as barreiras de exclusão digital que ainda precisam ser enfrentadas, apontando a necessidade de políticas complementares de letramento digital e de acesso à informação nas áreas mais isoladas.


III. Desafios Identificados e Perspectivas de Superação


Apesar dos avanços metodológicos, o processo participativo revelou desafios estruturais que exigem atenção continuada. O mais evidente é o abismo entre a mobilização pontual nas escutas e a participação perene nas instâncias de controle social. Embora mais de novecentas pessoas tenham comparecido às oitivas e à conferência, as sessões mensais do Conselho Municipal de Cultura continuam registrando baixa presença de público externo. Esse fenômeno, longe de indicar apatia, reflete a persistência de rotinas burocráticas que afastam o cidadão comum, a rigidez de horários que impede a participação de trabalhadores de baixa renda e, fundamentalmente, a percepção de que as deliberações do Conselho têm pouca eficácia real diante das decisões orçamentárias centralizadas no Executivo.

A superação desse desafio passa pela transformação do Conselho Municipal de Cultura em espaço efetivo de deliberação e acolhimento, com pautas que dialoguem com as demandas cotidianas da ponta, com horários alternativos que contemplem a diversidade de rotinas, e com poder efetivo de influência sobre as decisões orçamentárias. O plano decenal, ao fixar metas e fontes de recursos, oferece o arcabouço jurídico para essa transformação, mas será necessário um esforço político-pedagógico continuado para que a sociedade civil ocupe de fato o espaço que lhe é de direito.

Outro desafio crítico refere-se à fragilidade institucional do Fundo Municipal de Cultura, que atualmente opera sem CNPJ próprio, expondo as verbas federais — especialmente os recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) — a riscos de bloqueios judiciais e execuções fiscais. O alerta técnico emitido durante as escutas é inequívoco: a partir de 2027, os repasses da PNAB serão feitos obrigatoriamente de fundo a fundo, e a ausência de personalidade jurídica própria poderá paralisar toda a máquina de fomento municipal. A regularização do Fundo e a fixação de sua fonte orçamentária no Tesouro Municipal são, portanto, pré-condições para a viabilização do plano, e devem ser tratadas com a urgência que a matéria exige.

A infraestrutura física dos equipamentos culturais — Teatro Carlos Jehovah, Casa Glauber Rocha, Cine Madrigal, Biblioteca Municipal José de Sá Nunes — foi reiteradamente apontada como gargalo estrutural. O estado de abandono e deterioração





desses espaços não apenas compromete a fruição cultural, mas também desmoraliza o discurso público de valorização da cultura. O plano estabelece metas claras de restauro e revitalização, com previsão orçamentária e cronograma, mas a execução dependerá de articulação intersetorial com as pastas de Infraestrutura e Educação, bem como de captação de recursos federais via Lei Rouanet para os projetos de maior vulto.

Por fim, a dependência quase exclusiva de recursos públicos para o fomento cultural — evidenciada pela resposta unânime "NÃO" dos agentes culturais à pergunta sobre captação de recursos privados — revela a imaturidade do mercado local e o desconhecimento do empresariado sobre mecanismos de incentivo fiscal. O plano prevê a criação de uma Lei Municipal de Incentivo Fiscal (ISS/IPTU) e campanhas de conscientização para renúncia de Imposto de Renda por pessoas físicas, mas a efetivação dessas medidas exigirá um trabalho de convencimento e articulação com o setor produtivo que ultrapassa as competências da Secretaria de Cultura, demandando o engajamento de todo o governo municipal.

IV. Análise da Incidência Popular na Redação do Plano Municipal de Cultura


O movimento de escuta ativa está refletido no próprio preâmbulo do PMC, que afirma: “Este Plano nasce da confluência entre memória ancestral e ambição de futuro” (p. 15). A análise da situação atual é construída a partir das demandas captadas – da caracterização histórica do município como “terra de tropeiros, capital do café, cidade das flores” até o reconhecimento de que “Vitória da Conquista é um dos dez municípios mais quilombolas do Brasil, com mais de 12 mil quilombolas residentes e 33 comunidades reconhecidas”.

Cada uma das escutas setoriais produziu encaminhamentos que foram diretamente convertidos em metas prioritárias e recomendadas nos oito eixos do PMC. A relação entre o que foi dito nas oitivas e o que consta no plano é direta e rastreável.

Setorial de Música – os artistas denunciaram a concentração de recursos em megaeventos sazonais, a burocracia dos editais e a ausência de políticas para músicos locais. Essas demandas aparecem no Eixo 2 – Fomento à Cultura, com metas como “Editais setoriais anuais publicados de forma contínua e previsível”, “Desburocratização e simplificação do acesso aos editais” e “Incentivos fiscais à cultura regulamentados” (Relatório, Eixo 2 – Metas Prioritárias). A exigência de cota mínima de 70% para artistas locais em eventos financiados com verba pública, formulada na escuta, reflete-se na diretriz de “Política de regionalização da produção cultural implementada e fiscalizada”.

Setorial de Cultura Popular e Manifestações Tradicionais – lideranças de mais de 40 terreiros denunciaram racismo religioso, e mestres de Ternos de Reis relataram a falta de remuneração. Essas vozes estão no Eixo 3 – Patrimônio e Memória, com metas como “Imunidade tributária para terreiros garantida e operacionalizada com justiça e respeito”, “Programa de salvaguarda e fomento aos Ternos de Reis, Folias e demais manifestações tradicionais” e “Programa de proteção, valorização e reparação das comunidades quilombolas e indígenas” (Relatório, Eixo 3 – Metas Prioritárias e Recomendadas). A demanda por “Bolsa Mestre dos Saberes” também foi incorporada ao Eixo 4 – Formação.

Setorial de Artesanato e Artes Visuais – a crítica à falta de galerias, ao fechamento do Mercado de Artesanato e à ausência de uma identidade visual para o artesanato local gerou metas como “Centro de Referência do Artesanato de Vitória da Conquista criado” e



“Identidade artesanal local” (Eixo 6 – Economia Criativa), além da requalificação do Mercado de Artesanato no Eixo 5 – Infraestrutura.

Setorial de Cinema e Audiovisual – a denúncia do abandono da Casa Glauber Rocha e do Cine Madrigal, a demanda por uma Film Commission e por um fundo setorial do audiovisual resultaram em metas como “Cinemateca do Sudoeste Baiano criada na Casa Glauber Rocha”, “Polo Cinematográfico e Estúdios Públicos” e “Fomento específico para o setor audiovisual” (Eixos 3 e 5).

Setorial de Museus, Identidade e Patrimônio Cultural – a crítica à fragilidade da Lei de Tombamento de 1993 e a demanda por inventário participativo do patrimônio imaterial aparecem no Eixo 3 com as metas “Nova Lei Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural aprovada”, “Inventário do Patrimônio Cultural realizado” e “Rede Municipal de Museus articulada”.


Setorial de Literatura, Livro, Leitura e Formação Cidadã – o diagnóstico de invisibilidade do setor literário e a demanda por transferência da Biblioteca Municipal para local central geraram metas como “Sistema Municipal de Bibliotecas Públicas, Escolares e Comunitárias com Biblioteca Municipal transferida para local central” e “Fomento ao livro e à leitura” (Eixos 2 e 5).


A demanda mais volumosa da consulta eletrônica – 28 menções diretas à necessidade de descentralização territorial – tornou-se um dos pilares do PMC. O diagnóstico do plano reconhece que “71% dos agentes afirmam que não existem equipamentos culturais em seu bairro ou distrito”, e a diretriz de “Descentralização e territorialidade” atravessa todos os eixos.

As escutas territoriais rurais – em José Gonçalves, Bate-Pé, Inhobim, Pradoso, Iguá, Cabeceira da Jiboia, Lagoa das Flores e São Sebastião – revelaram um quadro de abandono: festas tradicionais descontinuadas por falta de apoio, quadras comunitárias sem cobertura, ausência de transporte e exclusão digital. Essas falas estão refletidas em metas como “Espaços multiuso nos distritos rurais construídos ou adequados” (Eixo 5), “Carreta da Cultura com plano de manutenção, agenda regular e uso descentralizado” (Eixo 5) – a Carreta é espontaneamente reconhecida pela população como “modelo exitoso de política cultural” – e “Descentralização territorial do fomento para distritos e periferias” (Eixo 2).

As escutas nos quilombos Ribeirão dos Paneleiros, Batalha e Lagoa do Arroz – onde a produção de panelas de barro está em risco de extinção e a comunidade sofre com estradas intransitáveis e falta de água – resultaram em metas específicas de salvaguarda das culturas tradicionais, reconhecimento da agricultura familiar como patrimônio cultural e políticas de reparação étnica. O PMC afirma que “as comunidades quilombolas e populações rurais” devem ser priorizadas, com “demandas ligadas à preservação de seu modo de vida”.

As escutas nos bairros periféricos – Guarani, Urbis V e Bairro Brasil – expuseram a carência de espaços de convivência e a descontinuidade de programas como o “Cultura em Canto”. Essas demandas foram traduzidas em metas como “Centros Culturais de Bairro construídos e/ou requalificados nos territórios periféricos”, “Reativação de Programas Municipais” e “Resgate de Festividades de Rua” (Eixo 5 e relatório das escutas).





A consulta pública eletrônica forneceu dados quantitativos que validaram e aprofundaram o diagnóstico qualitativo das escutas presenciais. O perfil demográfico revelou protagonismo feminino e da juventude universitária, mas também expôs o abismo digital que isola a Zona Oeste e a Zona Rural – um dado que orientou a meta de “Cobertura de internet banda larga e Wi-Fi gratuito ampliados para todos os equipamentos culturais, sítios de interesse turístico, zonas rurais e periferias” (Eixo 8 – Meta Prioritária).

O dado mais contundente – a resposta unânime “NÃO” dos agentes culturais à pergunta sobre captação de recursos privados – fundamentou a ênfase do PMC na regulamentação de incentivos fiscais (ISS e IPTU Cultural) e na criação de linhas de microcrédito cultural, metas constantes do Eixo 6 – Economia Criativa. O relatório da conferência registra: “O diagnóstico técnico comprova a imaturidade do mercado corporativo local e o profundo desconhecimento do empresariado sobre o retorno financeiro e social das leis de incentivo.”

A escuta eletrônica também aferiu que 71% dos agentes desconhecem os equipamentos culturais em seus bairros e que 42% desconhecem as leis de incentivo – dados que justificam a criação do “Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC)” e do “Portal da Cultura Conquistense” como plataformas de transparência ativa (Eixos 1 e 8). O relatório afirma que “a burocracia é o principal entrave ao fomento” – uma constatação que se desdobrou na meta de “Mecanismo de credenciamento para demandas espontâneas e contratações de artistas locais” (Eixo 2), atendendo à proposta explícita dos agentes culturais por “formulários simplificados e modelos de projetos”.

A leitura cruzada entre o relatório das escutas e o texto final do PMC revela uma incidência transversal das demandas populares em todos os eixos:


Eixo 1 (Gestão): a demanda por conselho itinerante, ouvidoria e transparência ativa – formulada nas escutas – resultou nas metas de “Conselho Municipal de Cultura reformado, territorializado e autônomo” e “Mecanismo de Escuta Permanente e Devolutiva Social instituído”.

Eixo 2 (Fomento): a crítica à burocracia e à concentração de recursos gerou metas de “desburocratização”, “editais específicos para segmentos sub-representados” e “combate à concentração de recursos”.

Eixo 3 (Patrimônio): a voz das comunidades quilombolas, indígenas e de terreiro – que denunciaram racismo religioso e ausência de políticas de salvaguarda – está refletida em metas de “proteção, valorização e reparação” e “imunidade tributária para terreiros”.

Eixo 4 (Formação): a demanda por “Bolsa Mestre dos Saberes”, formulada em múltiplas escutas, aparece como meta prioritária, ao lado da “Escola Livre de Artes” e da “Formação em Culturas Populares, Afro-Brasileiras e Indígenas”.

Eixo 5 (Infraestrutura): a reivindicação por reabertura do Teatro Carlos Jehovah, do Cine Madrigal e da Casa Glauber Rocha – presente em praticamente todas as escutas setoriais – foi convertida em metas prioritárias de requalificação.



Eixo 6 (Economia Criativa): a demanda por valorização do artesanato, do café e dos biscoitos – com Indicação Geográfica – resultou em metas específicas de fortalecimento das cadeias produtivas locais.

Eixo 7 (Bem Viver e Ação Climática): a escuta das comunidades rurais sobre a degradação da Serra do Periperi, da Lagoa das Bateias e do Rio Verruga gerou metas de “Circuito Integrado de Parques Urbanos”, “Programa de Recuperação de Nascentes” e “Campanha Permanente de Combate à Especulação Imobiliária”.

Eixo 8 (Cultura Digital): a exclusão digital denunciada nas escutas rurais e periféricas resultou na meta de ampliação da cobertura de internet e Wi-Fi gratuito em equipamentos culturais.

V. Próximos Passos: Aprovação, Monitoramento e Revisão Periódica

Com a conclusão do processo participativo e a consolidação do caderno de metas, abre-se a etapa de aprovação legislativa do Plano Municipal de Cultura. O projeto de lei correspondente será encaminhado à Câmara Municipal de Vereadores, onde deverá tramitar com a urgência que a matéria requer. A aprovação parlamentar, além de conferir legitimidade jurídica ao plano, representará o reconhecimento, pelo Legislativo, da importância estratégica da cultura para o desenvolvimento do município.

A etapa seguinte será a elaboração do cronograma físico-financeiro, vinculando cada meta a uma fonte de recurso específica e a um prazo de execução. Esse cronograma deverá ser incorporado ao Plano Plurianual (PPA) 2026-2029, assegurando que as metas do plano tenham dotação orçamentária real e não apenas declaração de intenções. A participação do Conselho Municipal de Cultura na elaboração e no monitoramento do cronograma é essencial para que as prioridades definidas nas escutas sejam efetivamente atendidas.

O monitoramento do plano será realizado por meio de indicadores de resultado, que deverão ser mensurados trimestralmente e divulgados com ampla transparência pública. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC), cuja implementação é uma das metas do plano, será a plataforma central para o registro e a divulgação dos dados, permitindo que a sociedade civil acompanhe a execução das metas e exija accountability dos gestores públicos. As revisões bienais, previstas no plano, permitirão ajustes de rota diante de mudanças no cenário econômico, político ou social, garantindo a flexibilidade necessária à gestão pública.

Por fim, a continuidade do processo participativo não se encerra com a aprovação do plano. A sociedade civil é convocada a ocupar as instâncias de controle social — especialmente as sessões mensais do Conselho Municipal de Cultura — para fiscalizar a execução das metas e para propor atualizações que se façam necessárias ao longo do decênio. Apenas com a vigilância ativa, o plano deixará de ser um documento de intenções para se converter em prática cotidiana, em direito efetivo e em patrimônio de todos. Vitória da Conquista escolheu o caminho da democracia participativa para construir seu futuro cultural. A sociedade civil é protagonista de seu próprio desenvolvimento e, sobretudo, o alicerce sobre o qual se erguerá, na próxima década, uma política cultural pública, perene, justa e inclusiva, capaz de fazer do direito à cultura uma realidade concreta.

